



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA DEPUTADA LUZIA DE PAULA - PSB**



INDICAÇÃO Nº **IND 9461/2017** DE 2016  
(Da Senhora Deputada LUZIA DE PAULA – PSB)

Em 07/02/17  
Secretaria Legislativa

> SETAS - 000100 <

Sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, o recapeamento asfáltico da QNO 07 CONJ. “B” Ceilândia Norte na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

A **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**, nos termos do art.143 do seu Regimento Interno, sugere providências a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, o recapeamento asfáltico da QNO 07 CONJ. “B” Ceilândia Norte na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

**JUSTIFICAÇÃO**

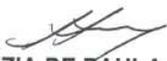
A presente proposição objetiva atender reivindicações da comunidade supramencionada, no que diz respeito à demanda em apreço.

Tal pleito é justa reivindicação dos moradores demais cidadãos da comunidade local, que anseiam por melhorias em suas cidades.

Sugerimos a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, para atender ao pleito apresentado, o qual tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Diante do exposto, rogo aos nobres Pares o apoio para a aprovação desta Indicação.

Sala das Comissões, em.....

  
**DEPUTADA LUZIA DE PAULA**  
Autora

SECRETARIA LEGISLATIVA 07/02/17 09:43

*Eduy 22/02/17*



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA DEPUTADA LUZIA DE PAULA - PSB**



INDICAÇÃO Nº **IND 9462 /2017** DE 2016  
(Da Senhora Deputada LUZIA DE PAULA – PSB)

L I D O  
Em, *07/02/17*

Sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, o recapeamento asfáltico da QNO 07 CONJ. “A” Ceilândia Norte na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

> SETAS - 000101 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art.143 do seu Regimento Interno, sugere providências a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, o recapeamento asfáltico da QNO 07 CONJ. “A” Ceilândia Norte na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposição objetiva atender reivindicações da comunidade supramencionada, no que diz respeito à demanda em apreço.

Tal pleito é justa reivindicação dos moradores demais cidadãos da comunidade local, que anseiam por melhorias em suas cidades.

Sugerimos a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, para atender ao pleito apresentado, o qual tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Diante do exposto, rogo aos nobres Pares o apoio para a aprovação desta Indicação.

Sala das Comissões, em.....

*[Assinatura]*  
**DEPUTADA LUZIA DE PAULA**  
Autora

SECRETARIA LEGISLATIVA 07/02/2017 09:45

*[Assinatura]*



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA DEPUTADA LUZIA DE PAULA - PSB**



INDICAÇÃO Nº **IND 9463 / 2017** DE 2016  
(Da Senhora Deputada LUZIA DE PAULA – PSB)

Em, 07, 02, 17

Secretaria Legislativa

> SETAS - 000102 <

**Sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, o recapeamento asfáltico da QNO 06 CONJ. “P” Ceilândia Norte na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.**

**A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**, nos termos do art.143 do seu Regimento Interno, sugere providências a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, o recapeamento asfáltico da QNO 06 CONJ. “P” Ceilândia Norte na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposição objetiva atender reivindicações da comunidade supramencionada, no que diz respeito à demanda em apreço.

Tal pleito é justa reivindicação dos moradores demais cidadãos da comunidade local, que anseiam por melhorias em suas cidades.

Sugerimos a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, para atender ao pleito apresentado, o qual tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Diante do exposto, rogo aos nobres Pares o apoio para a aprovação desta Indicação.

Sala das Comissões, em.....

**DEPUTADA LUZIA DE PAULA**  
Autora

SECRETARIA LEGISLATIVA 07/02/2017 09:43

*Eddy 2790*



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Claudio Abrantes – REDE/DF



**MOÇÃO Nº**  
**(Do Senhor Deputado Claudio Abrantes)**

MOÇ 583/2017

L I D O  
Em. 07/02/17

> SETAS - 000103 <

Secretaria Legislativa

***Manifesta Votos de Louvor e Regozijo a cada uma e um dos Policiais Cíveis Aposentados do Distrito Federal, relacionados em anexo, pelos relevantes serviços prestados a toda a população do Distrito Federal.***

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Com fundamento no art. 144, § 3º do Regimento Interno desta Casa, solicito a manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, mediante a aprovação desta MOÇÃO, para manifestar Votos de Louvor e Regozijo a cada uma e um dos Policiais Cíveis Aposentados do Distrito Federal - *discriminados na relação em anexo* - pelos relevantes serviços prestados a toda população da nossa Capital.

**JUSTIFICAÇÃO**

SECRETARIA LEGISLATIVA	
Recebi em	07/02/17 às 16h
Assinatura	Matrícula

A presente proposição tem por objetivo homenagear os Policiais Cíveis Aposentados do Distrito Federal pelos relevantes serviços prestados a sociedade brasileira.

A Moção em questão tem como fundamento a manifestação de votos de louvor e regozijo a todos, homens e mulheres, que após ingressarem na carreira da Polícia Civil e passarem por toda a sorte de transtorno hoje, após a aposentadoria, podem respirar aliviados por terem sobrevivido. A Polícia Civil, tratada como órgão da Segurança Pública pela Carta Política - *Art. 144, inciso IV* - em verdade é instituição histórica, tipicamente brasileira.

Subordinadas aos Governadores dos Estados, no caso ao do Distrito Federal e dirigidas por delegados e delegadas de carreira têm como competência básica, entre outras, a apuração de infrações penais (exceto as militares); o exercício das funções de polícia judiciária; a promoção de perícias criminais e médico-legais; cuidar de pessoas e de bens, enfim, uma série de atribuições que somente podem ser executadas por aqueles que se dedicam de corpo e alma, sem preocupação com o tempo, mesmo distante de suas famílias.

Ainda assim, grande parte da população, atendo-se apenas a notícias veiculadas pela grande mídia diuturnamente tece inúmeras críticas a classe dos policiais civis como

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5, Gabinete 17 – CEP 70094-902 – Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8172

falecomabrantes@gmail.com – www.deputadoclaudioabrantes.com.br

RVQ – 06/02/2017



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Claudio Abrantes – REDE/DF



se esta fosse formada por verdadeiros bandidos que prendem e tiram de circulação "pobres coitados", gerando, assim, grande inversão de valores, situação que nos parece deve ser alterada o mais rápido possível.

De tal sorte, com a finalidade precípua de podermos agradecer a cada uma e a cada um dos Policiais Civis aposentados pelos preciosos e indispensáveis serviços prestados a toda a comunidade do Distrito Federal e comemorarmos o sucesso de toda uma vida dedicada à população, conclamo meus nobres pares para que aprovelem a presente Proposição.

Sala das Sessões, em                    de                    de 2017

> SETAB - 000104 <

  
Deputado **CLAUDIO ABRANTES**  
Rede/DF



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Claudio Abrantes – REDE/DF



**RELAÇÃO DOS POLICIAIS CIVIS APOSENTADOS DO DISTRITO FEDERAL A SEREM HOMENAGEADOS NA SOLENIDADE DA CLDF, EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO POLICIAL CIVIL APOSENTADO DO DISTRITO FEDERAL**

> SETAS - 000105 <

ACÁCIO DE JESUS NOGUEIRA	Agente de Polícia
ADAILTON DA SILVA ARAUJO	Agente de Polícia
ADAIR BATISTA DA SILVA	Escrivão de Polícia
ADÃO JOSÉ DOS SANTOS	Agente de Polícia
ADILSON ALVES DE OLIVEIRA	Papiloscopista Policial
ADINALDO ROCHA BARRETO	Agente de Polícia
ADRIANA DE OLIVEIRA AGUIAR	Delegada de Polícia
ADRIANA PEREIRA DE SOUSA BORGES	Agente de Polícia
AGOSTINHO ALVES DE SOUZA	Agente Policial de Custódia
AIRTON BRITO DO NASCIMENTO	Perito Criminal
AIRTON GOMES BARBOSA	Agente de Polícia
ALAERTE LOPES DE SOUZA	Agente Policial de Custódia
ALEXANDRE CESAR FERNANDES PEREIRA	Agente de Polícia
ALEXANDRE MEDEIROS SOTERO	Agente de Polícia
ALGEIR DA SILVA	Escrivão de Polícia
ALMIRO DE AMORIM NETO	Perito Criminal
ALVOIR DA SILVA MEDEIROS	Agente de Polícia
ANA CRISTINA QUEIROZ DA SILVA	Agente de Polícia
ANA ELITE DA SILVA SOARES	Escrivão de Polícia
ANACIR PEREIRA DE SOUSA GOMES	Agente Policial de Custódia
ANDERSON MARTINS CORDEIRO	Papiloscopista Policial
ANDERSON MEDEIROS PEREIRA	Papiloscopista Policial
ANDRÉA DE JESUS CASTRO DE SOUZA	Agente de Polícia
ANDREIA CRISTINA DA SILVA	Agente de Polícia
ANDREIA RIBEIRO COELHO	Agente de Polícia
ANGELA BASTOS ALVIM	Agente de Polícia
ANGELA MARIA ALVES RIBEIRO	Agente de Polícia
ANISIO RODRIGUES MONTEIRO	Agente de Polícia
ANTONIO CARLOS RIBEIRO COELHO	Agente de Polícia
ANTONIO CECILIO FEITOSA DOS SANTOS	Agente de Polícia
ANTONIO ELTON DE PAIVA	Agente de Polícia
ANTONIO ERISVALDO BORGES	Agente de Polícia
ANTONIO GILBERTO DA SILVA COUTO	Agente de Polícia
ANTONIO SANCHES SÓLON RUDÁ	Agente de Polícia
ANTONIO SÉRGIO XAVIER	Agente de Polícia
ANTÔNIO VICENTE DA SILVA	Agente de Polícia
AQUILES JOSÉ FERRETI DE OLIVEIRA	Agente Policial de Custódia
ARILTON RODRIGUES SANTANA	Agente de Polícia
ARISTEU CHAVES SOUSA	Delegado de Polícia

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5, Gabinete 17 – CEP 70094-902 – Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8172

falecomabrantes@gmail.com – www.deputadoclaudioabrantes.com.br

RVQ – 06/02/2017



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Claudio Abrantes – REDE/DF



> SETAS - 000106 <

ARMANDO CARDOSO DE SOUZA	Agente de Polícia
ARNALDO DIAS BARROS	Escrivão de Polícia
ARQUIMEDES TOLENTINO DA SILVA	Perito Médico-Legista
BALDUINO CLEMENTINO DE CARVALHO NETO	Agente de Polícia
CARLA ALVES ARAUJO MONTEIRO	Agente de Polícia
CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA QUARESMA	Escrivão de Polícia
CARLOS ANTONIO MARTINS BRAGA	Agente de Polícia
CARLOS ANTONIO LUIZ BERNARDES	Agente de Polícia
CARLOS AUGUSTO RODRIGUES DA ROCHA	Agente de Polícia
CARLOS CESAR CUNHA DE OLIVEIRA	Agente de Polícia
CARLOS CÉSAR DE SOUSA SARAIVA	Papiloscopista Policial
CARLOS CHAGAS BARREIRA	Agente de Polícia
CARLOS HENRIQUE QUEIROZ LIMA DE OLIVEIRA	Agente de Polícia
CARLOS HENRIQUE VILLA REAL	Agente de Polícia
CARLOS LUIZ MARTINS MENDES	Papiloscopista Policial
CARLOS NEWTON DE OLIVEIRA LIMA	Agente de Polícia
CARLOS OLYMPIO DE MENDONÇA UCHOA	Agente de Polícia
CÁSSIO THYONE ALMEIDA DE ROSA	Perito Criminal
CÉLIA DOROTÊU DELMONDES	Agente Policial de Custódia
CELSO SANTOS ARAÚJO	Agente de Polícia
CELSO WAGNER LIMA	Delegado de Polícia
CLAUDIA CARLOS SEIXAS	Agente de Polícia
CLAUDIA CRISTINA BANDEIRA MOLINA	Agente de Polícia
CLAUDIO ALESSANDRO DA SILVA	Agente de Polícia
CLAUDIO EVANGELISTA MORAIS	Agente de Polícia
CLAUDIO MASSASHI KATO	Agente de Polícia
CLAYTON RINALDI DE OLIVEIRA	Agente de Polícia
CLEDIMILSON LOPES DE ATAIDE	Agente de Polícia
CLEMILTON DE OLIVEIRA VIEIRA	Agente de Polícia
CLÉO ROCHA MIRANDA	Agente de Polícia
DANIEL FERREIRA COSTA	Escrivão de Polícia
DANIEL FILHO DOS SANTOS	Agente de Polícia
DÊNIA MAGNA SANTOS FERNANDES	Agente de Polícia
DENILSON RODRIGUES PEREIRA	Escrivão de Polícia
DEROCI SOARES BEZERRA	Agente de Polícia
DIRENE COELHO DA SILVA	Agente de Polícia
DIVINO JESUINO DA SILVA	Agente de Polícia
DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS	Agente de Polícia
EBENEZER ITAMIR FONSECA	Papiloscopista Policial
EDER JOFRE DE SOUZA OLIVEIRA	Perito Criminal
EDILSON LEITÃO DA SILVA	Agente de Polícia
EDSON APARECIDO ALVES	Agente de Polícia
EDSON VIANA DE OLIVEIRA	Delegado de Polícia

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5, Gabinete 17 – CEP 70094-902 – Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8172  
falecomabrantes@gmail.com – www.deputadoclaudioabrantes.com.br

RVQ – 06/02/2017



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Claudio Abrantes – REDE/DF



> SETAS - 000107 <

EDVARD MAMEDE TEIXEIRA DE RESENDE	Escrivão de Polícia
EDWARDS BARCELOS FILHO	Agente de Polícia
EFIGÊNIO RAMOS DA ABADIA	Agente Policial de Custódia
ÉLCIO GERARDO VASCONCELOS BASTOS	Agente de Polícia
ELIANE DE ARAÚJO	Agente de Polícia
ELIANE PEREIRA DE SOUSA RODRIGUES	Agente de Polícia
ELINE TEIXEIRA LEMOS	Papiloscopista Policial
ELISA MARIA VIEIRA	Papiloscopista Policial
ELISABETE EMIDIO DA COSTA	Agente Policial de Custódia
ELMO RESENDE	Perito Criminal
EMERSON VAZ BORGES	Agente de Polícia
ÉRICA MALKINE ARAÚJO	Agente de Polícia
EROMILDO BOMFIM DE OLIVEIRA	Papiloscopista Policial
ESTHENIO PEREIRA NOGUEIRA	Agente de Polícia
EUDAIR DE SOUZA	Agente de Polícia
EVELTON SOUSA FERREIRA DE ARAUJO	Agente de Polícia
FABIO KRATKA MARTINS CALDAS	Papiloscopista Policial
FERNANDA RODRIGUES TELES VASCONCELOS	Agente de Polícia
FLAVIA ANDRADE SEIXAS MAIA	Perito Criminal
FLÁVIO RODRIGUES PINHEIRO	Escrivão de Polícia
FLEURISMAR GONÇALVES PORTELLA DE AMORIM	Escrivão de Polícia
FLORGENILDO SILVA MORAES	Agente de Polícia
FRANCINALDO FREIRE DE MENDONÇA	Agente de Polícia
FRANCISCO ALVES BESERRA	Agente Policial de Custódia
FRANCISCO ANTONIO DE MORAES NETO	Perito Médico-Legista
FRANCISCO CLÁUDIO MONTEIRO	Agente de Polícia
FRANCISCO DE ASSIS DE SENA SOARES	Agente de Polícia
FRANCISCO LUIZ NONIS	Escrivão de Polícia
FRANSBERT RODRIGUES BIJOS	Papiloscopista Policial
GABRIEL CAVALCANTE DE LIMA JÚNIOR	Agente Policial de Custódia
GERALDO BRITO MEIRELES	Agente de Polícia
GERALDO GONÇALVES DE BARROS	Agente de Polícia
GERALDO MAGELA COELHO FERREIRA	Agente de Polícia
GILMAR DA SILVA RAMOS	Agente Policial de Custódia
GILVANETE CARMEM BARBOSA DA SILVA LOPES	Papiloscopista Policial
GILVONE JACOBINA DE ANDRADE	Agente de Polícia
GLEIS DE CAMARGO	Agente Policial de Custódia
HEINZ ERIK TEODOR POPOV	Agente de Polícia
HERALDO BRUNKEN CLEMENTE	Agente de Polícia
HERIVELTO RIBEIRO DOS SANTOS	Escrivão de Polícia
HEZIO EMIR FERRAZ DOS SANTOS	Agente de Polícia
HILDA VALE DA SILVA LYRA	Agente de Polícia
HUMBERTO LANNA LYRA	Agente de Polícia

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5, Gabinete 17 – CEP 70094-902 – Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8172

falecomabrantes@gmail.com – www.deputadoclaudioabrantes.com.br

RVQ – 06/02/2017



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Claudio Abrantes – REDE/DF



> SETAS - 000108 <

IDALÉCIO CORDEIRO DA SILVA	Papiloscopista Policial
ISAIAS MEDEIROS CARDOSO	Escrivão de Polícia
ISRAEL LUNA DA COSTA	Agente de Polícia
IVAN LOPES DA SILVA	Agente de Polícia
IVONALDO BERNARDO NUNES	Agente Policial de Custódia
JAILSON ANTUNES BATISTA	Agente de Polícia
JAILSON NAZÁRIO DA SILVA	Agente de Polícia
JAIMÉ CESAR MARINHO DOS SANTOS	Agente de Polícia
JAIMÉ VIEIRA DE SOUSA	Escrivão de Polícia
JANDUIR JOSE DA SILVA	Agente de Polícia
JANE BARBOSA CARDOSI	Delegado de Polícia
JANE MARY TAVARES PINTO	Escrivão de Polícia
JANETE INGRACIA DOS SANTOS	Delegado de Polícia
JANINE RODRIGUES BARBOSA	Agente de Polícia
JEAN RICARDO BEZERRA DO NASCIMENTO	Agente de Polícia
JEFERSON DOS SANTOS	Agente de Polícia
JENNER SALES SANTANA	Agente de Polícia
JEZIEL DA SILVA NASCIMENTO	Escrivão de Polícia
JOÃO CARLOS COUTO LÓSSIO FILHO	Delegado de Polícia
JOÃO LOPES DE SOUSA NETO	Agente de Polícia
JOÃO MESSIAS FEITOSA ABREU	Agente de Polícia
JOEL FERREIRA BARBOSA E SILVA	Escrivão de Polícia
JORGE DONISETTE FRANCO TEZOLIN	Agente de Polícia
JORGE LUIZ GRACIANO	Agente de Polícia
JORGE MACEDO GUIMARÃES	Papiloscopista Policial
JORGE TADEU DOS SANTOS	Agente de Polícia
JOSÉ ATILA GUIMARÃES DOS SANTOS	Agente de Polícia
JOSÉ BENEDITO DE SOUZA	Agente de Polícia
JOSÉ CARLOS SARAIVA DA LUZ	Agente de Polícia
JOSÉ DE BRITO SOARES	Agente de Polícia
JOSÉ DINEZIO LOURENÇO	Perito Criminal
JOSÉ FILHO SOARES ROCHA	Papiloscopista Policial
JOSÉ FRANCISCO RAMALHO	Agente Policial de Custódia
JOSÉ FULGÊNCIO MARTINS	Escrivão de Polícia
JOSÉ GERALDO ALVES BISPO	Escrivão de Polícia
JOSÉ GERALDO DE CARVALHO	Agente de Polícia
JOSÉ HONORATO MENDES NETO	Agente de Polícia
JOSÉ IZAURO MUNIZ DA CUNHA	Agente Policial de Custódia
JOSÉ LUIZ GONZALEZ RODRIGUEZ	Agente de Polícia
JOSÉ LUIZ LOPES	Papiloscopista Policial
JOSÉ MAGALHÃES NETO	Agente Policial de Custódia
JOSÉ RICARDO DA SILVA PEREIRA	Agente de Polícia
JOSÉ ROBERTO DA SILVA	Agente de Polícia

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5, Gabinete 17 – CEP 70094-902 – Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8172

falecomabrantes@gmail.com – www.deputadoclaudioabrantes.com.br

RVQ – 06/02/2017



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Claudio Abrantes – REDE/DF



> SETAS - 000109 <

JOSÉ SEBASTIÃO LOPES PEREIRA	Escrivão de Polícia
JOSÉ UILTON DE ARAÚJO	Agente de Polícia
JOSÉ WELLINGTON CUNHA DA SILVA	Papiloscopista Policial
JOSÉ WELLTON DE SOUSA BEZERRA	Papiloscopista Policial
JOSÉ WILSON NERIS DE AMORIM	Escrivão de Polícia
JOSELIA ALVES SILVA	Agente de Polícia
JOSIVALDO FERREIRA DE SOUZA	Papiloscopista Policial
JOSUÉ FERREIRA	Agente de Polícia
JUAREZ FERREIRA DE SENA	Agente Policial de Custódia
KARLA ANGELICA ALVES DE PAULA	Perito Criminal
KATIA MATROSOV DE MOURA MAZÉPAS	Papiloscopista Policial
KÁTIA NÓBREGA ZAIDAN	Agente de Polícia
KÁTIA REGINA MIRANDA DE ALMEIDA	Agente de Polícia
KEYLA MARQUES DE ARAUJO COELHO	Agente Policial de Custódia
LAURO BAPTISTA DE FREITAS	Escrivão de Polícia
LÁZARO ANTÔNIO EVANGELISTA FILHO	Agente de Polícia
LEDAMAR SILVA NUNES RODRIGUES	Papiloscopista Policial
LEVI SILVESTRE DA SILVA	Agente de Polícia
LEYDIR CEZAR DE ALMEIDA CAMPOS	Agente de Polícia
LINDALVA LINHARES DE OLIVEIRA NETO	Agente de Polícia
LINDEMBERTO CARDOSO EUGENIO	Agente Policial de Custódia
LINDOBERTO RIBEIRO JORGE	Agente de Polícia
LIOMAR PEREIRA DA SILVA	Agente de Polícia
LUCIA FERNANDES FIGUEIRÓ DE OLIVEIRA	Papiloscopista Policial
LUCIANO MARINHO DE MORAIS	Agente de Polícia
LUCIMEIRE DE CASTRO SANTOS	Agente de Polícia
LUIS ADERSON MAGALHÃES ÁVILA PAZ	Agente de Polícia
LUIS ROBERTO GONÇALVES DOS SANTOS	Agente de Polícia
LUÍS SÉRGIO DE MELO DA SILVA	Agente de Polícia
LUIZ ALFREDO FERNANDES JALES	Escrivão de Polícia
LUIZ ANTONIO OLIVEIRA BARBOSA	Papiloscopista Policial
LUIZ CARLOS DE SOUSA	Agente de Polícia
LUIZA DE MARILLAC PEREIRA DA C. LOUREIRO LOPES	Agente de Polícia
LUPERCIO BATISTA SOUTO	Escrivão de Polícia
MANOEL HENRIQUE FERRAZ	Agente de Polícia
MARCELO JACINTO DA SILVA	Papiloscopista Policial
MARCELO LOURENÇO LIMA	Agente de Polícia
MÁRCIA HELENA DA SILVA AMORIM	Agente de Polícia
MÁRCIA LILIAN MICLOS BOTELHO	Agente de Polícia
MARCIA RAQUEL DA SILVA CARVALHO	Agente de Polícia
MÁRCIA RUPERTO SOUZA DAS CHAGAS	Escrivão de Polícia
MARCIO CESAR LASS	Agente de Polícia
MARCO ANTONIO BAPTISTA DOS SANTOS	Agente de Polícia

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5, Gabinete 17 – CEP 70094-902 – Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8172

falecomabrantes@gmail.com – www.deputadoclaudioabrantes.com.br

RVQ – 06/02/2017



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Claudio Abrantes – REDE/DF



> SETAS - 000110 <

MARCO ANTONIO BRITO MEIRELLES	Agente de Polícia
MARCO ANTONIO VASCONCELOS LIMA	Agente de Polícia
MARCO AURÉLIO BALBINO NORBERTO	Agente de Polícia
MARCO AURELIO DE ANDRADE	Agente de Polícia
MARCO AURELIO DE MENEZES TEMOTEO	Agente de Polícia
MARCOS ALBERTO ALVES DE PAULA	Agente de Polícia
MARCOS AURÉLIO DA SILVA	Agente de Polícia
MARCOS FERREIRA DE CARVALHO	Escrivão de Polícia
MARIA AUXILIADORA FERREIRA	Agente de Polícia
MARIA CRISTINA DO LAGO MELO	Agente de Polícia
MARIA DAS GRAÇAS SILVA	Escrivão de Polícia
MARIA DE FÁTIMA DE SOUSA BEZERRA	Papiloscopista Policial
MARIA DE FÁTIMA DUTRA DONZELLI	Escrivão de Polícia
MARIA DE WAGMA ALVES FERREIRA	Agente de Polícia
MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO LEAL	Agente de Polícia
MARIA LUZIA LEAL TEIXEIRA	Agente de Polícia
MARIA REGINA RODRIGUES	Escrivão de Polícia
MARIA VALDIVINA DE SOUZA	Agente Policial de Custódia
MARIA VIRGINIA PEREIRA GONÇALVES DE SOUZA	Agente de Polícia
MARIO ALBERTO FERNANDES DIAS	Agente de Polícia
MÁRIO CARDOSO PINTO	Agente de Polícia
MARIO DANTAS	Agente Policial de Custódia
MARISA ELIANA SEVERINO	Agente de Polícia
MARLY HELENA GOMES DUARTE	Agente Policial de Custódia
MAURO CEZAR LIMA	Delegado de Polícia
MAURO LEITE PEREIRA	Delegado de Polícia
MAURO LUZ ALVES	Agente de Polícia
MÉRCIA ALVES DA CRUZ	Escrivão de Polícia
MIRIAM KARLA DO NASCIMENTO DIAS GOMES	Agente de Polícia
MILTON BISPO DE MIRANDA	Agente Policial de Custódia
MOACIR LIBERATO JÚNIOR	Agente de Polícia
MOISES VICTORIANO DE SOUZA	Agente de Polícia
MURILO JOSÉ JULIANO DA CUNHA	Delegado de Polícia
NAICE LANDIM TEIXERENSE DEMATTE	Delegado de Polícia
NEI MARQUES DA FONSECA	Agente de Polícia
NEIVA PEREIRA DAS MERCÊS	Agente de Polícia
NELIA MAURICIO PIRES LOPES VIEIRA	Delegado de Polícia
NELIO LUCIO DE CASTRO	Agente de Polícia
NELSON LUIS DEJOSS MACHADO	Agente de Polícia
NILSON SEBASTIÃO DIAS DE OLIVEIRA	Agente de Polícia
NILTON ALVES DOS SANTOS	Agente de Polícia
NILTON EDEMAR PFEIFER	Papiloscopista Policial
NILTON FERREIRA MENDES	Agente de Polícia

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5, Gabinete 17 – CEP 70094-902 – Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8172

falecomabrantes@gmail.com – www.deputadoclaudioabrantes.com.br

RVQ – 06/02/2017



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Claudio Abrantes – REDE/DF



> SETAS - 000111 <

NILTON GOMES NUNES	Agente de Polícia
NISE REGINA FORTUNA MARTINS ROCHA	Papiloscopista Policial
ONÉCIA LUMBA DE OLIVEIRA LOPES	Escrivão de Polícia
ORLANDO PINHEIRO DE OLIVEIRA	Agente de Polícia
OSIAS ALVES DE CASTRO FILHO	Agente Policial de Custódia
OSNI ATAIDE CAVALCANTE	Escrivão de Polícia
OSVALDINO ALVES RIBEIRO	Agente de Polícia
OZENALDO BARBOSA DE MEDEIROS	Agente de Polícia
PAULO ANTONIO ROCHA	Agente de Polícia
PAULO CESAR DIAS RODRIGUES	Agente de Polícia
PAULO CESAR LIRA CHAGAS	Agente de Polícia
PAULO FABRÍCIO BATISTA	Agente de Polícia
PAULO JOSÉ COELHO	Agente de Polícia
PAULO JOSÉ GOMES	Agente de Polícia
PAULO JOSE PAES DE VICO	Delegado de Polícia
PAULO LUIZ SOUZA AZEVEDO	Papiloscopista Policial
PAULO ROBERTO LOPES FERREIRA	Agente de Polícia
PAULO ROBERTO TEIXEIRA DA SILVA	Agente de Polícia
PEDRO ANTONIO DE MORAES	Escrivão de Polícia
PEDRO GONÇALO JOSÉ CARDOSO	Escrivão de Polícia
PEDRO LOPES DA SILVA	Agente de Polícia
PEDRO PAULO COSTA OLIVEIRA	Agente de Polícia
PEDRO ROGÉRIO LIRA BARROS	Papiloscopista Policial
PEDRO VASCONCELOS PIMENTEL	Agente de Polícia
QUITERIA TAVARES DE MESQUITA	Papiloscopista Policial
RAFAEL ONOFRE COSTA	Agente de Polícia
RAIMUNILSON FERREIRA DE LUCENA	Agente de Polícia
REGIANE AMARO LEANDRO	Agente de Polícia
REINALDO ROMÃO RODOVALHO	Agente de Polícia
RENATA MOREIRA DOS SANTOS	Agente de Polícia
RICARDO DO NASCIMENTO SANTOS	Agente de Polícia
RICARDO ROSA DOS SANTOS	Agente de Polícia
RITA DE CÁSSIA MOREIRA COIMBRA	Agente de Polícia
ROBERVALDO GOMES DE OLIVEIRA	Agente de Polícia
ROBSON SILVA MARTINS	Papiloscopista Policial
RODOLFO ANTONIO DA SILVA	Perito Criminal
RODRIGO DE ALMEIDA HERINGER	Perito Criminal
ROGÉRIO COSTA DAMASCENO	Agente de Polícia
ROGÉRIO MODESTO DE CASTRO	Escrivão de Polícia
RONALD TECHMEIER	Agente de Polícia
RONALDO LIMA SILVA	Agente de Polícia
ROSÂNGELA BORGES DA SILVA FARIAS	Agente de Polícia
ROSENILDA SANTIAGO TEIXEIRA DE QUEIROZ	Agente de Polícia

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5, Gabinete 17 – CEP 70094-902 – Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8172

falecomabrantes@gmail.com – www.deputadoclaudioabrantes.com.br

RVQ – 06/02/2017



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Claudio Abrantes – REDE/DF



> SETAS - 000112 <

ROSIANE DOS ANJOS	Agente de Polícia
ROSIMAR ROCHAEL DE SOUZA	Papiloscopista Policial
ROSSI DE CAMPOS BARBOSA	Agente de Polícia
RUBENS DE ARAUJO COSTA	Agente de Polícia
SANDRA FERREIRA CASTELO BRANCO	Agente de Polícia
SANDRO JOSÉ VALENTIM ANDRADE	Agente de Polícia
SERGIO LUIZ DA SILVA	Agente de Polícia
SERGIO ROGERIO O. FREITAS DE SOUZA	Delegado de Polícia
SÉRGIO SANTOS BORGES	Agente de Polícia
SILVANA PEREIRA DA SILVA	Delegada de Polícia
SILVIO CASTRO CERQUEIRA	Delegado de Policia
SÔNIA BARBOSA LOPES	Agente Polícia
SÔNIA MARIA CHRISTIANSEN	Agente de Polícia
SUEDIR FRANCISCO PAIVA	Agente de Polícia
SUELÍ MARIA DE SOUZA	Papiloscopista Policial
SUETÔNIO AMORIM MEDEIROS	Escrivão de Polícia
SYLVIO MARTINS DE FARIA	Agente de Polícia
TÂNIA MARIA DE OLIVEIRA	Agente de Polícia
TANIA MARIA DE OLIVEIRA DIAS SOARES	Delegado de Policia
THEONES ROBERTO LOURENÇO JÚNIOR	Agente de Polícia
VALDEMAR PEREIRA DA SILVA	Agente Policial de Custódia
VALÉRIA PUTTINI CALZÁW	Agente Policial de Custódia
VALMIR DAMAZIO VALENTIM	Agente de Polícia
VALTER ALVES DE SOUZA	Agente de Polícia
VANDERLEI MENDES BRANDÃO	Agente de Polícia
VANESSA TEIXEIRA DE FARIA CAMPOS VIANA	Papiloscopista Policial
VÂNIA CAMBER	Agente de Polícia
VANUSA SOUSA ARAÚJO	Agente de Polícia
VERA LUCIA DA SILVA	Delegada de Policia
VICENTE CARVALHO MONTEIRO	Agente de Polícia
WALDEJÚ GOMES DA LUZ	Agente de Polícia
WALDILUCE RODRIGUES TRINDADE	Escrivão de Polícia
WASHINGTON PEREIRA DE LIMA	Agente de Polícia
WELLINGTON BATISTA PEREIRA	Agente Policial de Custódia
WELLINGTON LIMA CALDEIRA	Agente de Polícia
WELLINGTON LUIZ DE SOUZA SILVA	Agente de Polícia
WELLINGTON PEREIRA DE LIMA	Agente de Polícia
WELSON BATISTA DE SOUSA	Agente de Polícia
WESLEY MONTEIRO	Papiloscopista Policial
WEULER VIEIRA COELHO	Agente de Polícia
WILLIAM DOS SANTOS VIEIRA JÚNIOR	Papiloscopista Policial
WILLIAM FERNANDES DORTA	Agente de Polícia
WILSON FERNANDES SIQUEIRA	Agente de Polícia

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5, Gabinete 17 – CEP 70094-902 – Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8172

falecomabrantes@gmail.com – www.deputadoclaudioabrantes.com.br

RVQ – 06/02/2017



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Claudio Abrantes – REDE/DF



WILSON GASPAR	Agente de Polícia
WILTON LOPES PEREIRA	Escrivão de Polícia
ZILDA ABDALA	Agente de Polícia

> SETAS - 000113 <

**RELAÇÃO DOS POLICIAIS GEBIANOS DO DISTRITO FEDERAL, A SEREM HOMENAGEADOS NA SOLENIDADE DA CLDF, EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO POLICIAL CIVIL APOSENTADO DO DISTRITO FEDERAL**

EUCLIDES RAMOS DA SILVA	Agente de Polícia
FRANCISCO ALVES XAVIER	Agente de Polícia
FRANCISCO SOARES	Agente de Polícia
PAULO MOSLAVES	Agente de Polícia
REGIANALDO NAZARO PRAZERES	Agente de Polícia

**RELAÇÃO DOS POLICIAIS CIVIS APOSENTADOS DO DISTRITO FEDERAL, (IN MEMORIAM) A SEREM HOMENAGEADOS NA SOLENIDADE DA CLDF, EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO POLICIAL CIVIL APOSENTADO DO DISTRITO FEDERAL**

AMARILDO JAIME OLIVEIRA	Perito Papiloscopista
AMELIA FERREIRA DA SILVA AMORIM	Agente Policial de Custódia
ANDRE LUIZ MARCONDES VARELLA	Agente Policial de Custódia
ANTONIO CORREIA FILHO	Agente de Polícia
ANTONIO DA COSTA AMORIM	Agente Policial de Custódia
ARTHUR CARLOS FERREIRA	Agente de Polícia
ARY XAVIER GONTIJO	Agente de Polícia
AUGUSTO PEREIRA DE SOUZA	Agente de Polícia
CESAR E.DILL DE QUADROS	Agente de Polícia
CLAUDIO COIMBRA MARTINS	Agente de Polícia
DILSON DANIEL DA SILVA	Agente de Polícia
DILSON DANIEL DA SILVA JUNIOR	Agente Policial de Custódia
DIVALDO UNA DA ROCHA	Agente de Polícia
EDSON LUIZ DA SILVA	Perito Papiloscopista
EROTILDE SALGADO DA SILVA	Agente de Polícia
FRANCISCO RIJO DO NASCIMENTO	Agente de Polícia
GERALDO DA COSTA ARAUJO	Agente de Polícia
* ESPOSA: MARIA LUISA DA SILVA	Agente de Polícia
GERONIMO PEREIRA GAMA	Agente de Polícia
* FILHO: JAIRO PEREIRA GAMA DA SILVA	Agente de Polícia
HELTON DE JESUS DOS SANTOS	Escrivão de Polícia
IVO MAIA DIAS	Agente de Polícia
JOAO SOARES BENEVIDES	Agente de Polícia
JOEL RODRIGUES DA SILVA	Agente de Polícia



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Claudio Abrantes – REDE/DF



> SETAS - 000114 <

JORGE JOAO DA SILVA	Agente de Polícia
JOSE EVANITO MUNIZ	Agente de Polícia
JOSE FERNANDES D'OLIVEIRA (Zé Novinho) *FILHO: HERON RENATO D'OLIVEIRA	Agente de Polícia
JOSE RAIMUNDO BRASIL	Agente de Polícia
JURACI DE ARAUJO MEDEIROS	Agente de Polícia
LUIS FREDERICO DA SILVEIRA NETO	Agente Policial de Custódia
LUIZ DE GONZAGA CARVALHO	Agente de Polícia
MARCIO ANTONIO SILVESTRE	Escrivão de Polícia
MARCOS ANTONIO OLIVEIRA MELO	Agente de Polícia
MIGUEL ARCANJO R.DE MACEDO	Agente de Polícia
NAISE GOMES AMAZONAS	Agente de Polícia
ORDELION ALVES DA SILVA	Agente de Polícia
OSVALDO DA SILVA SANTOS	Agente de Polícia
PAULO AFONSO MENDONCA	Agente de Polícia
ROSIMAR ALVES DE OLIVEIRA	Agente Policial de Custódia
WILMAR RORIZ	Agente de Polícia
WILSON RAMOS DE SOUZA	Perito Criminal



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Deputado JOE VALLE**



**REQUERIMENTO Nº RQ 2339 /2017**  
**(Do Senhor Deputado Joe Valle)**

L I D O  
07/02/17  
*[Signature]*  
Secretaria Legislativa

> SETAS - 000115 <

**Requer a realização de Audiência Pública no dia 03 de março de 2017, às 10 horas, no plenário desta casa, para debater sobre as diretrizes para investigar, processar e julgar crimes de mortes violentas contra as mulheres.**

SECRETARIA LEGISLATIVA 02FEN0017 1584  
*Wedney 20/17*

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL:

Nos termos do artigo 124 do Regimento Interno, venho à honrosa presença de Vossa Excelência requerer a realização de Audiência Pública no dia 03 de março de 2017 para debater sobre as diretrizes para investigar, processar e julgar crimes de mortes violentas contra as mulheres.

SECRETARIA LEGISLATIVA  
Recebido em 02/02/17 às 15h  
*[Signature]*

**JUSTIFICAÇÃO**

As mortes violentas de mulheres por razões de gênero são fenômeno global. Em tempos de guerra ou de paz, muitas dessas mortes ocorrem com a tolerância das sociedades e governos, encobertas por costumes e tradições, revestidas de naturalidade, justificadas como práticas pedagógicas, seja no exercício de direito tradicional – que atribui aos homens a punição das mulheres da família – seja na forma de tratar as mulheres como objetos sexuais e descartáveis.

No Brasil, na década de 1980, os homicídios de mulheres tornaram-se paradigmáticos da violência contra elas e bandeira de luta dos movimentos de mulheres e feministas. As primeiras denúncias voltaram-se contra a tolerância dos órgãos de justiça e da sociedade com crimes que envolviam casais, nomeados como 'crimes passionais' e cujos autores eram absolvidos com base no reconhecimento da "legítima defesa da honra". Nos anos seguintes, e seguindo o movimento internacional,

*[Signature]*

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP 70094-902 – Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8000  
www.cl.df.gov.br

DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS:  
03, 03, 2017  
HORA: 10hs LOCAL: PLENARIO

*[Signature]*  
**Paulo Barbosa Pacheco**  
Assistente Legislativo - Cerimonia  
Matr 1º RSO-21

*[Signature]*



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Deputado JOE VALLE**



registrou-se significativa mudança na conscientização da sociedade sobre a gravidade dessas situações com crescente denúncia da violência contra as mulheres.

Em 2015, a segunda edição especial do Mapa da Violência sobre homicídios de mulheres (WASELFISZ, 2015) apresentou o quantitativo dessas mortes para o intervalo de 1980-2013, quando foram registradas pouco mais de 106 mil mortes violentas de mulheres em todo o país. Em números absolutos, os registros passaram de 1.353 mortes no ano de 1980 para 4.762 em 2013, com um crescimento de 252% em todo o período.

Desde os anos 1980, e por pouco mais de duas décadas, as iniciativas governamentais para combater a violência contra as mulheres continuaram a se desenvolver de forma fragmentada e com baixa institucionalidade, resultando em respostas pouco efetivas e eficazes para prevenir a violência e proteger as mulheres.

Com a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República, em 2003, pela primeira vez o país passou a ter uma Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres cujas ações pressupõem a abordagem integral, intersetorial, multidisciplinar, transversal e capilarizada, desenvolvidas de forma articulada e colaborativa entre os poderes da República e os entes federativos.

A Lei nº 11.340/2006, para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher – Lei Maria da Penha – sancionada em 7 de agosto de 2006, representa outro importante progresso dessa década no que tange aos direitos das mulheres e um marco das lutas feministas no Brasil, sendo reconhecida pelas Nações Unidas como uma das legislações mais avançadas do mundo no tratamento dessa matéria. Entre as inovações que apresenta, a Lei Maria da Penha faz referência à Convenção de Belém do Pará, ao nomear a violência doméstica e familiar contra a mulher como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”

A impunidade pela violência contra a mulher agrava os efeitos de dita violência como mecanismo de controle dos homens sobre as mulheres. Quando o Estado não responsabiliza os autores de atos de violência e a sociedade tolera, expressa ou tacitamente, tal violência, a impunidade não só estimula novos abusos, como também transmite a mensagem de que a violência masculina contra a mulher é aceitável, ou

A

*Handwritten signature*



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
***Gabinete do Deputado JOE VALLE***



normal. O resultado dessa impunidade não consiste unicamente na denegação da justiça às diferentes vítimas/sobreviventes, mas também no fortalecimento das relações de gênero reinantes, e reproduz, além disso, as desigualdades que afetam as demais mulheres e meninas.

As Diretrizes Nacionais visam colaborar para o aprimoramento da investigação policial, do processo judicial e do julgamento das mortes violentas de mulheres de modo a evidenciar as razões de gênero como causas dessas mortes. O objetivo é reconhecer que, em contextos e circunstâncias particulares, as desigualdades de poder estruturantes das relações de gênero contribuem para aumentar a vulnerabilidade e o risco que resultam nessas mortes e, a partir disso, aprimorar a resposta do Estado, em conformidade com as obrigações nacionais e internacionais assumidas pelo governo brasileiro.

Pelo acima exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Requerimento.

Sala das Sessões, em de 2017.

**Deputado JOE VALLE**

**PDT**



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



**REQUERIMENTO N.º RQ 2340 /2017 L I D O**  
(Do Sr. Deputado DELMASSO – PODEMOS /DF) Em, 07/02/17

Secretaria Legislativa

**Requer a realização de audiência pública no dia 29 de novembro de 2017, às 19 horas, no Plenário, para discutir sobre a segurança na Região Administrativa de Samambaia”.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Requeiro, nos termos dos arts. 85; 135, inciso III, alínea “d”, e 239 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a realização de Audiência Pública no dia 29 de novembro de 2017, às 19 horas, no Plenário, para discutir sobre a segurança na Região Administrativa de Samambaia.

Por oportuno, sugiro que as autoridades e representantes dos órgãos abaixo indicados sejam convidados a participarem da Audiência Pública ora solicitada:

- 1 - Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social
- 2 - Administração Regional de Samambaia
- 3 - 11º Batalhão de Polícia Militar
- 4 - 26ª e 32ª Delegacias de Polícia Civil
- 5 - 12º Grupamento de Bombeiro Militar
- 6 - Conselho Distrital de Segurança Pública do Distrito Federal - CONDISP
- 7 - Conselho Comunitário de Segurança Pública de Samambaia
- 8 - Conselho Tutelar de Samambaia

DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS:	
29, 11, 17	
HORA: 19	LOCAL: PL

011899



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



### JUSTIFICAÇÃO

> SETAS - 000119 <

A população de Samambaia encontra-se amedrontada e aflita, considerando, que os mesmos sofrem com as consequências da não existência de policiamento ostensivo, pois a presença de marginais torna-se cada vez mais frequente. Samambaia tem apresentado uma posição assustadora nas estatísticas sobre a violência.

Embora os números sejam alarmantes, não é preciso recorrer às estatísticas para aferir a escalada da violência em Samambaia e em todo o Distrito Federal. Há algum tempo os moradores de Samambaia e região tem convivido com trágicas incidências de crimes de toda a natureza, noticiados diariamente nos veículos de comunicação.

O atual cenário de violência é desolador, nos dias atuais, a sensação de insegurança vivida nas mais diversas regiões administrativas, principalmente em Samambaia, tem causado insatisfação e pavor aos moradores e comerciantes.

Todo esse cenário se agrava ainda mais, diante da quantidade reduzida de policiais nas ruas capazes de conter a violência na região. A falta deles não só encoraja ainda mais os criminosos como deixam a população sem defesa, à mercê de atrocidades e barbáries das mais diversas.

É necessária a implantação de políticas de segurança pública que possam trazer a comunidade, não só a sensação, como também a efetiva segurança, hoje motivo de preocupação de todos nós.

O Estado deve promover ações que garantam a segurança da população, cabendo ao Poder Público atuar urgentemente no caso, a fim de encontrar solução definitiva para essa situação insustentável de insegurança, garantindo bem-estar, tranquilidade e, sobretudo vida, aos seus cidadãos. ♪



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



Assim, diante deste quadro preocupante, é certo que a Câmara Legislativa não poderá se furtar da responsabilidade em debater com a comunidade, para encontrar soluções e atender aos muitos anseios dos moradores de Samambaia, que suplicam pelo aumento do efetivo de policiais militares nas ruas, a fim de conter a violência e salvar a vida dos cidadãos brasileiros.

Cumprе enfatizar, que a audiência pública é aberta a participação de todos os parlamentares que desejem contribuir na discussão do tema, que é importante para a comunidade de Samambaia.

Pelo exposto, proclamo aos Nobres Pares a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, em.....

  
**Deputado DÉLMASSO**  
**Autor**



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



**REQUERIMENTO N.º RQ 2341/2017**  
**(Do Sr. Deputado DELMASSO – PODEMOS /DF)**

L I D O  
Em. 07/02/17  
Secretaria Legislativa

> SETAS - 000021 <

**Requer a realização de audiência pública no dia 25 de outubro de 2017, às 19 horas, no Plenário, para discutir sobre a segurança na Região Administrativa do Gama”.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Requeiro, nos termos dos arts. 85; 135, inciso III, alínea “d”, e 239 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a realização de Audiência Pública no dia 25 de outubro de 2017, às 19 horas, no Plenário, para discutir sobre a segurança na Região Administrativa do Gama.

Por oportuno, sugiro que as autoridades e representantes dos órgãos abaixo indicados sejam convidados a participarem da Audiência Pública ora solicitada:

- 1 - Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social
- 2 - Administração Regional do Gama
- 3 - 9º Batalhão de Polícia Militar
- 4 - 14ª e 20ª Delegacias de Polícia Civil
- 5 - 16º Grupamento de Bombeiro Militar
- 6 - Conselho Distrital de Segurança Pública do Distrito Federal - CONDISP
- 7 - Conselho Comunitário de Segurança Pública do Gama
- 8 - Conselho Tutelar do Gama

DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS:  
25, 10, 17  
HORA: 19 LOCAL: PL

SECRETARIA LEGISLATIVA 025-6007 1746



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



### JUSTIFICAÇÃO

> SETAS - 000122 <

A população do Gama encontra-se amedrontada e aflita, considerando, que os mesmos sofrem com as consequências da não existência de policiamento ostensivo, pois a presença de marginais torna-se cada vez mais frequente. O Gama tem apresentado uma posição assustadora nas estatísticas sobre a violência.

Embora os números sejam alarmantes, não é preciso recorrer às estatísticas para aferir a escalada da violência no Gama e em todo o Distrito Federal. Há algum tempo os moradores do Gama e região tem convivido com trágicas incidências de crimes de toda a natureza, noticiados diariamente nos veículos de comunicação.

O atual cenário de violência é desolador, nos dias atuais, a sensação de insegurança vivida nas mais diversas regiões administrativas, principalmente no Gama, tem causado insatisfação e pavor aos moradores e comerciantes.

Todo esse cenário se agrava ainda mais, diante da quantidade reduzida de policiais nas ruas capazes de conter a violência na região. A falta deles não só encoraja ainda mais os criminosos como deixam a população sem defesa, à mercê de atrocidades e barbáries das mais diversas.

É necessária a implantação de políticas de segurança pública que possam trazer a comunidade, não só a sensação, como também a efetiva segurança, hoje motivo de preocupação de todos nós.

O Estado deve promover ações que garantam a segurança da população, cabendo ao Poder Público atuar urgentemente no caso, a fim de encontrar solução definitiva para essa situação insustentável de insegurança, garantindo bem-estar, tranquilidade e, sobretudo vida, aos seus cidadãos. ☺

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**

Assim, diante deste quadro preocupante, é certo que a Câmara Legislativa não poderá se furtar da responsabilidade em debater com a comunidade, para encontrar soluções e atender aos muitos anseios dos moradores do Gama, que suplicam pelo aumento do efetivo de policiais militares nas ruas, a fim de conter a violência e salvar a vida dos cidadãos brasilienses.

Cumpre enfatizar, que a audiência pública é aberta a participação de todos os parlamentares que desejem contribuir na discussão do tema, que é importante para a comunidade do Gama.

Pelo exposto, proclamo aos Nobres Pares a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, em.....



**Deputado DELMASSO**  
**Autor**



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



**REQUERIMENTO N.º** RQ 2342 /2017 **L I D O**  
(Do Sr. Deputado DELMASSO – PODEMOS /DF) em 07/02/17

Secretaria Legislativa

**Requer a realização de audiência pública no dia 27 de setembro de 2017, às 19 horas, no Plenário, para discutir sobre a segurança na Região Administrativa de Sobradinho”.**

> SETAS - 000124 <

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Requeiro, nos termos dos arts. 85; 135, inciso III, alínea “d”, e 239 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a realização de Audiência Pública no dia 27 de setembro de 2017, às 19 horas, no Plenário, para discutir sobre a segurança na Região Administrativa de Sobradinho.

Por oportuno, sugiro que as autoridades e representantes dos órgãos abaixo indicados sejam convidados a participarem da Audiência Pública ora solicitada:

- 1 - Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social
- 2 - Administração Regional de Sobradinho
- 3 - 13º Batalhão de Polícia Militar
- 4 - 13ª Delegacia de Polícia Civil
- 5 - 22º Grupamento de Bombeiro Militar
- 6 - Conselho Distrital de Segurança Pública do Distrito Federal - CONDISP
- 7 - Conselho Comunitário de Segurança Pública de Sobradinho
- 8 - Conselho Tutelar de Sobradinho

DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS:	
27, 09, 17	
HORA: 19	LOCAL: PL

11849



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



### JUSTIFICAÇÃO

> SETAS - 000125 <

A população de Sobradinho encontra-se amedrontada e aflita, considerando, que os mesmos sofrem com as consequências da não existência de policiamento ostensivo, pois a presença de marginais torna-se cada vez mais frequente. Sobradinho tem apresentado uma posição assustadora nas estatísticas sobre a violência.

Embora os números sejam alarmantes, não é preciso recorrer às estatísticas para aferir a escalada da violência em Sobradinho e em todo o Distrito Federal. Há algum tempo os moradores de Sobradinho e região tem convivido com trágicas incidências de crimes de toda a natureza, noticiados diariamente nos veículos de comunicação.

O atual cenário de violência é desolador, nos dias atuais, a sensação de insegurança vivida nas mais diversas regiões administrativas, principalmente em Sobradinho, tem causado insatisfação e pavor aos moradores e comerciantes.

Todo esse cenário se agrava ainda mais, diante da quantidade reduzida de policiais nas ruas capazes de conter a violência na região. A falta deles não só encoraja ainda mais os criminosos como deixam a população sem defesa, à mercê de atrocidades e barbáries das mais diversas.

É necessária a implantação de políticas de segurança pública que possam trazer a comunidade, não só a sensação, como também a efetiva segurança, hoje motivo de preocupação de todos nós.

O Estado deve promover ações que garantam a segurança da população, cabendo ao Poder Público atuar urgentemente no caso, a fim de encontrar solução definitiva para essa situação insustentável de insegurança, garantindo bem-estar, tranquilidade e, sobretudo vida, aos seus cidadãos. ☺



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



Assim, diante deste quadro preocupante, é certo que a Câmara Legislativa não poderá se furtar da responsabilidade em debater com a comunidade, para encontrar soluções e atender aos muitos anseios dos moradores de Sobradinho, que suplicam pelo aumento do efetivo de policiais militares nas ruas, a fim de conter a violência e salvar a vida dos cidadãos brasileiros.

Cumpre enfatizar, que a audiência pública é aberta a participação de todos os parlamentares que desejem contribuir na discussão do tema, que é importante para a comunidade de Sobradinho.

Pelo exposto, proclamo aos Nobres Pares a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, em.....

  
**Deputado DELMASSO**  
**Autor**



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



**REQUERIMENTO N.º** RQ 2343 /2017 **L I D O**  
(Do Sr. Deputado DELMASSO – PODEMOS /DF) Em, 07/02/17

Secretaria Legislativa

> SETAS - 000127 <

**Requer a realização de audiência pública no dia 30 de agosto de 2017, às 19 horas, no Plenário, para discutir sobre a segurança na Região Administrativa de Planaltina”.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Requeiro, nos termos dos arts. 85; 135, inciso III, alínea “d”, e 239 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a realização de Audiência Pública no dia 30 de agosto de 2017, às 19 horas, no Plenário, para discutir sobre a segurança na Região Administrativa de Planaltina.

Por oportuno, sugiro que as autoridades e representantes dos órgãos abaixo indicados sejam convidados a participarem da Audiência Pública ora solicitada:

- 1 - Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social
- 2 - Administração Regional de Planaltina
- 3 - 14º Batalhão de Polícia Militar
- 4 - 16ª e 31ª Delegacias de Polícia Civil
- 5 - 9º Grupamento de Bombeiro Militar
- 6 - Conselho Distrital de Segurança Pública do Distrito Federal - CONDISP
- 7 - Conselho Comunitário de Segurança Pública de Planaltina
- 8 - Conselho Tutelar de Planaltina

DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS:  
30, 08, 17  
HORA: 19 LOCAL: PL

11899



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



### JUSTIFICAÇÃO

> SETAS - 000128 <

A população de Planaltina encontra-se amedrontada e aflita, considerando, que os mesmos sofrem com as consequências da não existência de policiamento ostensivo, pois a presença de marginais torna-se cada vez mais frequente. Planaltina tem apresentado uma posição assustadora nas estatísticas sobre a violência.

Embora os números sejam alarmantes, não é preciso recorrer às estatísticas para aferir a escalada da violência em Planaltina e em todo o Distrito Federal. Há algum tempo os moradores de Planaltina e região tem convivido com trágicas incidências de crimes de toda a natureza, noticiados diariamente nos veículos de comunicação.

O atual cenário de violência é desolador, nos dias atuais, a sensação de insegurança vivida nas mais diversas regiões administrativas, principalmente em Planaltina, tem causado insatisfação e pavor aos moradores e comerciantes.

Todo esse cenário se agrava ainda mais, diante da quantidade reduzida de policiais nas ruas capazes de conter a violência na região. A falta deles não só encoraja ainda mais os criminosos como deixam a população sem defesa, à mercê de atrocidades e barbáries das mais diversas.

É necessária a implantação de políticas de segurança pública que possam trazer a comunidade, não só a sensação, como também a efetiva segurança, hoje motivo de preocupação de todos nós.

O Estado deve promover ações que garantam a segurança da população, cabendo ao Poder Público atuar urgentemente no caso, a fim de encontrar solução definitiva para essa situação insustentável de insegurança, garantindo bem-estar, tranquilidade e, sobretudo vida, aos seus cidadãos. 0



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



Assim, diante deste quadro preocupante, é certo que a Câmara Legislativa não poderá se furtar da responsabilidade em debater com a comunidade, para encontrar soluções e atender aos muitos anseios dos moradores de Planaltina, que suplicam pelo aumento do efetivo de policiais militares nas ruas, a fim de conter a violência e salvar a vida dos cidadãos brasilienses.

Cumpre enfatizar, que a audiência pública é aberta a participação de todos os parlamentares que desejem contribuir na discussão do tema, que é importante para a comunidade de Planaltina.

Pelo exposto, proclamo aos Nobres Pares a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, em.....

  
**Deputado DELMASSO**  
Autor



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



**REQUERIMENTO N.º RQ 2344/2017**  
**(Do Sr. Deputado DELMASSO – PODEMOS /DF)**

L I D O  
Em 07/02/17  
*[Assinatura]*  
Câmara Legislativa

> SETAS = 000130 <

**Requer a realização de audiência pública no dia 28 de junho de 2017, às 19 horas, no Plenário, para discutir sobre a segurança na Região Administrativa do Itapoã”.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Requeiro, nos termos dos arts. 85; 135, inciso III, alínea “d”, e 239 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a realização de Audiência Pública no dia 28 de junho de 2017, às 19 horas, no Plenário, para discutir sobre a segurança na Região Administrativa do Itapoã.

Por oportuno, sugiro que as autoridades e representantes dos órgãos abaixo indicados sejam convidados a participarem da Audiência Pública ora solicitada:

- 1 - Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social
- 2 - Administração Regional do Itapoã
- 3 - 20º Batalhão de Polícia Militar
- 4 - 6ª Delegacia de Polícia Civil
- 5 - 10º Grupamento de Bombeiro Militar
- 6 - Conselho Distrital de Segurança Pública do Distrito Federal - CONDISP
- 7 - Conselho Comunitário de Segurança Pública do Itapoã
- 8 - Conselho Tutelar do Itapoã

DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS:  
28, 06, 17  
HORA: 19 LOCAL: PL  
# 21899



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



### JUSTIFICAÇÃO

> SETAS - 000131 <

A população do Itapoã encontra-se amedrontada e aflita, considerando, que os mesmos sofrem com as consequências da não existência de policiamento ostensivo, pois a presença de marginais torna-se cada vez mais frequente. O Itapoã tem apresentado uma posição assustadora nas estatísticas sobre a violência.

Embora os números sejam alarmantes, não é preciso recorrer às estatísticas para aferir a escalada da violência no Itapoã e em todo o Distrito Federal. Há algum tempo os moradores do Itapoã e região tem convivido com trágicas incidências de crimes de toda a natureza, noticiados diariamente nos veículos de comunicação.

O atual cenário de violência é desolador, nos dias atuais, a sensação de insegurança vivida nas mais diversas regiões administrativas, principalmente no Itapoã, tem causado insatisfação e pavor aos moradores e comerciantes.

Todo esse cenário se agrava ainda mais, diante da quantidade reduzida de policiais nas ruas capazes de conter a violência na região. A falta deles não só encoraja ainda mais os criminosos como deixam a população sem defesa, à mercê de atrocidades e barbáries das mais diversas.

É necessária a implantação de políticas de segurança pública que possam trazer a comunidade, não só a sensação, como também a efetiva segurança, hoje motivo de preocupação de todos nós.

O Estado deve promover ações que garantam a segurança da população, cabendo ao Poder Público atuar urgentemente no caso, a fim de encontrar solução definitiva para essa situação insustentável de insegurança, garantindo bem-estar, tranquilidade e, sobretudo vida, aos seus cidadãos. Ɔ

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**

&gt; SETAS - 000132 &lt;

Assim, diante deste quadro preocupante, é certo que a Câmara Legislativa não poderá se furtar da responsabilidade em debater com a comunidade, para encontrar soluções e atender aos muitos anseios dos moradores do Itapoã, que suplicam pelo aumento do efetivo de policiais militares nas ruas, a fim de conter a violência e salvar a vida dos cidadãos brasilienses.

Cumprе enfatizar, que a audiência pública é aberta a participação de todos os parlamentares que desejem contribuir na discussão do tema, que é importante para a comunidade do Itapoã.

Pelo exposto, proclamo aos Nobres Pares a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, em.....



**Deputado DELMASSO**  
**Autor**

JHM



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



**REQUERIMENTO N.º** RQ 2345 /2017  
**(Do Sr. Deputado DELMASSO – PODEMOS /DF)**

**L I D O**

Em 07/02/17

Secretaria Legislativa

> SETAS - 000133 <

**Requer a realização de audiência pública no dia 24 de maio de 2017, às 19 horas, no Plenário, para discutir sobre a segurança na Região Administrativa de Santa Maria”.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Requeiro, nos termos dos arts. 85; 135, inciso III, alínea “d”, e 239 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a realização de Audiência Pública no dia 24 de maio de 2017, às 19 horas, no Plenário, para discutir sobre a segurança na Região Administrativa de Santa Maria.

Por oportuno, sugiro que as autoridades e representantes dos órgãos abaixo indicados sejam convidados a participarem da Audiência Pública ora solicitada:

- 1 - Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social
- 2 - Administração Regional de Santa Maria
- 3 - 26º Batalhão de Polícia Militar
- 4 - 33ª Delegacia de Polícia Civil
- 5 - 18º Grupamento de Bombeiro Militar
- 6 - Conselho Distrital de Segurança Pública do Distrito Federal - CONDISP
- 7 - Conselho Comunitário de Segurança Pública de Santa Maria
- 8 - Conselho Tutelar de Santa Maria

DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS:  
24, 05, 17  
HORA: 19 LOCAL: PP  
11849



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



### JUSTIFICAÇÃO

> SETAS - 000134 <

A população de Santa Maria encontra-se amedrontada e aflita, considerando, que os mesmos sofrem com as consequências da não existência de policiamento ostensivo, pois a presença de marginais torna-se cada vez mais frequente. Santa Maria tem apresentado uma posição assustadora nas estatísticas sobre a violência.

Embora os números sejam alarmantes, não é preciso recorrer às estatísticas para aferir a escalada da violência em Santa Maria e em todo o Distrito Federal. Há algum tempo os moradores de Santa Maria e região tem convivido com trágicas incidências de crimes de toda a natureza, noticiados diariamente nos veículos de comunicação.

O atual cenário de violência é desolador, nos dias atuais, a sensação de insegurança vivida nas mais diversas regiões administrativas, principalmente em Santa Maria, tem causado insatisfação e pavor aos moradores e comerciantes.

Todo esse cenário se agrava ainda mais, diante da quantidade reduzida de policiais nas ruas capazes de conter a violência na região. A falta deles não só encoraja ainda mais os criminosos como deixam a população sem defesa, à mercê de atrocidades e barbáries das mais diversas.

É necessária a implantação de políticas de segurança pública que possam trazer a comunidade, não só a sensação, como também a efetiva segurança, hoje motivo de preocupação de todos nós.

O Estado deve promover ações que garantam a segurança da população, cabendo ao Poder Público atuar urgentemente no caso, a fim de encontrar solução definitiva para essa situação insustentável de insegurança, garantindo bem-estar, tranquilidade e, sobretudo vida, aos seus cidadãos. *e*

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**

&gt; SET/16 - 000135 &lt;

Assim, diante deste quadro preocupante, é certo que a Câmara Legislativa não poderá se furtar da responsabilidade em debater com a comunidade, para encontrar soluções e atender aos muitos anseios dos moradores de Santa Maria, que suplicam pelo aumento do efetivo de policiais militares nas ruas, a fim de conter a violência e salvar a vida dos cidadãos brasileiros.

Cumprе enfatizar, que a audiência pública é aberta a participação de todos os parlamentares que desejem contribuir na discussão do tema, que é importante para a comunidade de Santa Maria.

Pelo exposto, proclamo aos Nobres Pares a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, em.....



**Deputado DELMASSO**  
Autor

JMM



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



**REQUERIMENTO N.º** RQ 2346 /2017  
**(Do Sr. Deputado DELMASSO – PODEMOS /DF)**

**L I D O**

Em, 07/02/17

Secretaria Legislativa

> SETAS - 000136 <

**Requer a realização de audiência pública no dia 26 de abril de 2017, às 19 horas, no Plenário, para discutir sobre a segurança na Região Administrativa do Paranoá”.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Requeiro, nos termos dos arts. 85; 135, inciso III, alínea “d”, e 239 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a realização de Audiência Pública no dia 26 de abril de 2017, às 19 horas, no Plenário, para discutir sobre a segurança na Região Administrativa do Paranoá.

Por oportuno, sugiro que as autoridades e representantes dos órgãos abaixo indicados sejam convidados a participarem da Audiência Pública ora solicitada:

- 1 - Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social
- 2 - Administração Regional do Paranoá
- 3 - 20º Batalhão de Polícia Militar
- 4 - 6ª Delegacia de Polícia Civil
- 5 - 10º Grupamento de Bombeiro Militar
- 6 - Conselho Distrital de Segurança Pública do Distrito Federal - CONDISP
- 7 - Conselho Comunitário de Segurança Pública do Paranoá
- 8 - Conselho Tutelar do Paranoá

DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS:  
26, 04, 17  
HORA: 19 LOCAL: PL

SECRETARIA LEGISLATIVA 02FV0017 17439



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



### JUSTIFICAÇÃO

> SETAS - 000137 <

A população do Paranoá encontra-se amedrontada e aflita, considerando, que os mesmos sofrem com as consequências da não existência de policiamento ostensivo, pois a presença de marginais torna-se cada vez mais frequente. O Paranoá tem apresentado uma posição assustadora nas estatísticas sobre a violência.

Embora os números sejam alarmantes, não é preciso recorrer às estatísticas para aferir a escalada da violência no Paranoá e em todo o Distrito Federal. Há algum tempo os moradores do Paranoá e região tem convivido com trágicas incidências de crimes de toda a natureza, noticiados diariamente nos veículos de comunicação.

O atual cenário de violência é desolador, nos dias atuais, a sensação de insegurança vivida nas mais diversas regiões administrativas, principalmente no Paranoá, tem causado insatisfação e pavor aos moradores e comerciantes.

Todo esse cenário se agrava ainda mais, diante da quantidade reduzida de policiais nas ruas capazes de conter a violência na região. A falta deles não só encoraja ainda mais os criminosos como deixam a população sem defesa, à mercê de atrocidades e barbáries das mais diversas.

É necessária a implantação de políticas de segurança pública que possam trazer a comunidade, não só a sensação, como também a efetiva segurança, hoje motivo de preocupação de todos nós.

O Estado deve promover ações que garantam a segurança da população, cabendo ao Poder Público atuar urgentemente no caso, a fim de encontrar solução definitiva para essa situação insustentável de insegurança, garantindo bem-estar, tranquilidade e, sobretudo vida, aos seus cidadãos. 2

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**

Assim, diante deste quadro preocupante, é certo que a Câmara Legislativa não poderá se furtar da responsabilidade em debater com a comunidade, para encontrar soluções e atender aos muitos anseios dos moradores do Paranoá, que suplicam pelo aumento do efetivo de policiais militares nas ruas, a fim de conter a violência e salvar a vida dos cidadãos brasilienses.

Cumprе enfatizar, que a audiência pública é aberta a participação de todos os parlamentares que desejem contribuir na discussão do tema, que é importante para a comunidade do Paranoá.

Pelo exposto, proclamo aos Nobres Pares a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, em.....



**Deputado DELMASSO**  
**Autor**

> SETAS - 000138 <



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



**REQUERIMENTO N.º RQ 2347/2017**  
**(Do Sr. Deputado DELMASSO – PODEMOS /DF)**

L I D O

07/02/17

Secretaria Legislativa

> SETAS - 000139 <

**Requer a realização de audiência pública no dia 29 de março de 2017, às 19 horas, no Plenário, para discutir sobre a segurança na Região Administrativa de Ceilândia”.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Requeiro, nos termos dos arts. 85; 135, inciso III, alínea “d”, e 239 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a realização de Audiência Pública no dia 29 de março de 2017, às 19 horas, no Plenário, para discutir sobre a segurança na Região Administrativa de Ceilândia.

Por oportuno, sugiro que as autoridades e representantes dos órgãos abaixo indicados sejam convidados a participarem da Audiência Pública ora solicitada:

- 1 - Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social
- 2 - Administração Regional de Ceilândia
- 3 - 8º e 10º Batalhões de Polícia Militar
- 4 - 15ª, 19ª, 23ª e 24ª Delegacias de Polícia Civil
- 5 - 8º Grupamento de Bombeiro Militar
- 6 - Conselho Distrital de Segurança Pública do Distrito Federal - CONDISP
- 7 - Conselho Comunitário de Segurança Pública de Ceilândia
- 8 - Conselho Tutelar de Ceilândia

DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS:	
29, 03, 17	
HORA: 19	LOCAL: PP

11899



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



### JUSTIFICAÇÃO

> SETAS - 000140 <

A população de Ceilândia encontra-se amedrontada e aflita, considerando, que os mesmos sofrem com as consequências da não existência de policiamento ostensivo, pois a presença de marginais torna-se cada vez mais frequente. A Ceilândia tem apresentado uma posição assustadora nas estatísticas sobre a violência.

Embora os números sejam alarmantes, não é preciso recorrer às estatísticas para aferir a escalada da violência na Ceilândia e em todo o Distrito Federal. Há algum tempo os moradores de Ceilândia e região tem convivido com trágicas incidências de crimes de toda a natureza, noticiados diariamente nos veículos de comunicação.

O atual cenário de violência é desolador, nos dias atuais, a sensação de insegurança vivida nas mais diversas regiões administrativas, principalmente em Ceilândia, tem causado insatisfação e pavor aos moradores e comerciantes.

Todo esse cenário se agrava ainda mais, diante da quantidade reduzida de policiais nas ruas capazes de conter a violência na região. A falta deles não só encoraja ainda mais os criminosos como deixam a população sem defesa, à mercê de atrocidades e barbáries das mais diversas.

É necessária a implantação de políticas de segurança pública que possam trazer a comunidade, não só a sensação, como também a efetiva segurança, hoje motivo de preocupação de todos nós.

O Estado deve promover ações que garantam a segurança da população, cabendo ao Poder Público atuar urgentemente no caso, a fim de encontrar solução definitiva para essa situação insustentável de insegurança, garantindo bem-estar, tranquilidade e, sobretudo vida, aos seus cidadãos. ☺

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**

&gt; SETAS - 000141 &lt;

Assim, diante deste quadro preocupante, é certo que a Câmara Legislativa não poderá se furtar da responsabilidade em debater com a comunidade, para encontrar soluções e atender aos muitos anseios dos moradores de Ceilândia, que suplicam pelo aumento do efetivo de policiais militares nas ruas, a fim de conter a violência e salvar a vida dos cidadãos brasileiros.

Cumprе enfatizar, que a audiência pública é aberta a participação de todos os parlamentares que desejem contribuir na discussão do tema, que é importante para a comunidade de Ceilândia.

Pelo exposto, proclamo aos Nobres Pares a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, em.....



**Deputado DELMASSO**  
**Autor**

3984



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA DEPUTADA TELMA RUFINO



REQUERIMENTO Nº

RQ 2348 /2017

(Autoria: Deputada Telma Rufino, Joe Valle e Chico Leite)

L I D O

07.02.17

Secretaria Legislativa

&gt; SETHS - 000142 &lt;

**Requer a transformação da Sessão Plenária do dia 23 de fevereiro de 2017 em Comissão Geral, para debater sobre a atual situação hídrica do Distrito Federal.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeremos, nos termos do art. 125, I, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a transformação da Sessão Plenária de 23 de fevereiro de 2017, às 15 horas, em Comissão Geral, para debater sobre a atual situação hídrica do Distrito Federal.

#### JUSTIFICAÇÃO

As recorrentes interrupções no fornecimento de água no Distrito Federal constituem grandes transtornos à população e precisam ser debatidas a fim de que se possa identificar suas causas e buscar uma solução definitiva para o problema.

Sabemos que o baixo nível dos reservatórios que fornecem água à população do DF levou o governo a tomar a iniciativa de suspender o fornecimento em determinadas regiões.

A situação é bastante delicada e nos leva a levantar um debate sério com relação à melhor forma de utilização dos recursos hídricos que nossa região dispõe. Na área urbana, o consumo está sendo feito de maneira a evitar desperdícios de água? E, na área rural, como vem sendo o uso da água? E o governo, como vem administrando a questão? Tem feito investimentos na área?

SECRETARIA LEGISLATIVA - 03-06-2017 15:11



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA DEPUTADA TELMA RUFINO**

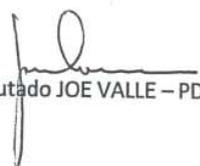


> SETIAG - 000143 <

Em face do exposto e pela importância do tema, buscando dar condições no sentido de encontrarmos soluções tecnicamente amparadas e aceitas pela nossa sociedade como um todo, peço aos nobres pares o apoio para aprovação deste Requerimento, para transformação da Sessão Plenária de 23/02/2017 em Comissão Geral.

Sala das Sessões, em            de janeiro de 2017.

  
Deputada TELMA RUFINO - PROS

  
Deputado JOE VALLE - PDT

  
Deputado CHICO LEITE - REDE



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS



**REQUERIMENTO Nº RQ 2349/2017**  
**(Do Senhor Deputado ROBÉRIO NEGREIROS)**

L I D O

07/02/17

Secretaria Legislativa

**REQUER O ENCAMINHAMENTO DE SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES, AO PRESIDENTE DO BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA, ACERCA DA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA SODEXO.**

**Exmo. Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Nos termos do art. 40 do Regimento Interno desta Casa, requero que seja encaminhado requerimento de informações e de cópias do edital de abertura de licitação, do resultado da licitação, da habilitação, pareceres jurídicos, bem como do Contrato firmado, acerca da Contratação da empresa Sodexo, com o objetivo de administrar os cartões de refeição dos funcionários do insigne Banco Regional de Brasília.

#### **JUSTIFICAÇÃO**

O presente requerimento tem por finalidade requerer informações e cópias do edital de abertura de licitação, do resultado da licitação, da habilitação, pareceres jurídicos, bem como do Contrato firmado, ao Banco Regional de Brasília, acerca da Contratação da empresa Sodexo, com o objetivo de administrar os cartões de refeição dos funcionários desse insigne BRB.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 4º andar – Gabinete 19 Fone: +55(61)3348-8192 - Brasília - DF - Brasil CEP: 70.094-902  
E-mail: [dep.roberionegreiros@cl.df.gov.br](mailto:dep.roberionegreiros@cl.df.gov.br) - [www.roberionegreiros.com.br](http://www.roberionegreiros.com.br)

> SETAS - 000144 <

SUP-91 2017-02-07 14:55:27



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS



> SETAS - 000145 <

Tal pleito mostra-se necessário, uma vez que é importante que o BRB preste as informações necessárias à efetiva atuação desta Casa de Leis em suas atribuições institucionais.

Assim sendo, a fim de dar um posicionamento oficial à comunidade interessada, necessário se faz o pedido de informações aqui instaurado, motivo pelo qual solicito o apoio dos nobres pares na aprovação do presente requerimento.

Sala das sessões, fevereiro de 2017.

  
**DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS**  
Deputado Distrital – PSDB/DF



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO DEPUTADO JULIO CFSAP



**REQUERIMENTO Nº** RQ 2350/2017  
(Do Senhor Deputado Julio Cesar)

LIDO  
Em. 07.02.17  
Secretaria Legislativa

> SETAS - 000146 <

**Requer a realização de Sessão Solene no dia 13 de março de 2017, às 19h, na Administração Regional do Riacho Fundo I, em Homenagem ao 27º Aniversário do Riacho Fundo I.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa:

Com fundamento no art. 124 do Regimento Interno desta Casa, vimos requerer a realização de Sessão Solene no dia 13 de março de 2017, às 19h, na Administração Regional do Riacho Fundo I, em Homenagem ao 27º Aniversário do Riacho Fundo I.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Riacho Fundo originou-se da Granja do mesmo nome, localizada às margens do ribeirão Riacho Fundo, criada logo após a inauguração de Brasília, onde havia uma vila residencial para os funcionários. Para acabar com as favelas na periferia das cidades e núcleos urbanos, o Governo criou o programa de assentamento e, como parte desse programa, loteou a Granja Riacho Fundo em 13 de março de 1990 (data do aniversário da cidade), transferindo para lá moradores da Invasão do Bairro Telebrasilândia e outras localidades do Distrito Federal. O assentamento transformou-se na RA XVII pela Lei nº 620/93 e o Decreto nº 15.514/94.

A Granja também sediou, por longa data, a Residência Oficial dos Governos Militares, criada logo após a inauguração de Brasília e, mais tarde, transformada em Instituto de Saúde Mental. Hoje o local é considerado uma área de preservação ambiental (APA) devido a sua grande contribuição ecológica, por nele situarem-se nascentes de diversos córregos – incluindo o próprio Córrego Riacho Fundo, que inspirou o nome da cidade – e, sobretudo, pela diversidade da fauna e da flora nativos da região, ainda preservados.

Em fevereiro de 1994 foi criado o parcelamento do Riacho Fundo II, como parte integrante do Riacho Fundo I, que no ano de 2003 passou a ser uma nova Região Administrativa.

A área rural é composta pela Colônia Agrícola, pelo Combinado Agrourbano – CAUB I e por áreas isoladas. Na área rural está localizada a Fundação Cidade da Paz, além da


**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO DEPUTADO JULIO CESAR



sede da Universidade Holística Internacional e o setor de Pesquisa de Produção de Sementes da Empresa Brasileira de Pesquisa – EMBRAPA

Portanto, dando-se o necessário incentivo com a Sessão Solene, dar-se-á a merecida notoriedade trabalhando com a Força da lei e a fiscalização por meio desta Casa.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do requerimento ora apresentado.

Sala das Sessões, / de 2017.

**JULIO CESAR**  
Deputado Distrital- PRB

Deputado AGACIEL MAIA  
PR

Deputado BISPO RENATO  
PR

Deputada CELINA LEÃO  
PPS

Deputado CHICO LEITE  
REDE

Deputado CHICO VIGILANTE  
PT

Deputado CRISTIANO ARAÚJO  
PSD

Deputado CLÁUDIO ABRANTES  
REDE

Deputado JOE VALLE  
PDT

Deputado JUAREZÃO  
PSB

Deputada LILIANE RORIZ  
PTB

Deputado LIRA  
PHS

Deputada LUZIA DE PAULA  
PSB

Deputado Prof. ISRAEL BATISTA  
PV

Deputado Prof. REGINALDO VERAS  
PDT



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO DEPUTADO JULIO CESAR



> SETAS - 000148 <

Deputado RAFAEL PRUDENTE  
PMDB

Deputado RAIMUNDO RIBEIRO  
PPS

Deputado RICARDO VALE  
PT

Deputado ROBÉRIO NEGREIROS  
PSDB

Deputado DELMASSO  
PODEMOS

Deputada SANDRA FARAJ  
SD

Deputada TELMA RUFINO  
PROS

Deputado WASNY DE ROURE  
PT

Deputado WELLINGTON LUIZ  
PMDB

DATA RESERVADA NA AGENCIA GERAL DE EVENTOS:  
13/02/2017  
HORA LOCAL: 11.68  
Confirmação



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



**REQUERIMENTO N.º** RQ 2351/2017  
**(Do Sr. Deputado DELMASSO – PODEMOS/DF)**

LIDO  
07/02/17  
Secretaria Legislativa

> SETAS - 000149 <

**Requer o encaminhamento de solicitação de informações a Secretaria de Saúde a respeito de suspensão de cirurgias cesarianas no Hospital Materno Infantil de Brasília.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Requeiro, nos termos dos arts. 15, III; 39, § 2º, XII; e 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que seja solicitado ao Secretário de Saúde, informações a respeito de suspensão de cirurgias cesarianas no Hospital Materno Infantil de Brasília.

SECRETARIA LEGISLATIVA 06/FEV/2017 17:16

11/02/17

**JUSTIFICAÇÃO**

Foi publicada matéria na imprensa local sobre a suspensão de cirurgias cesarianas no Hospital Materno Infantil de Brasília, conforme foi noticiado com débitos a receber do governo local a empresa interrompeu o fornecimento de óleo para a caldeira e os serviços da lavanderia e centro obstétrico foram afetados, <http://www.metropoles.com/distrito-federal/saude-df/falta-de-oleo-em-caldeira-suspende-cesarianas-no-hmib>. ☺



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



> SETAS - 000150 <

Sabidamente a saúde pública tem passado por inúmeras privações, bem como tem sofrido diuturnamente com a má gestão, o que tem ocasionado grande prejuízo a toda comunidade que na grande maioria das vezes fica frustrada ao buscar atendimento na Rede Pública de Saúde, seja por falta de médico, aparelhagem para realização de exames de natureza essencial, como também por falta de medicamentos e utensílios mínimos.

Salutar registrar o prelecionado pela Constituição Federal, em seus arts. 6º e 196, os quais dispõe que a saúde constitui direito de natureza fundamental, ficando o Estado incumbido de garantir o pleno exercício deste direito por meio da oferta de políticas públicas capazes de prover à comunidade distrital de um sistema de saúde adequado que coopera para a redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde da comunidade.

Cabe aqui realçar que o acesso à saúde deve ser tratado como objetivo prioritário do Estado, conforme preleciona a Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu art. 3º, incisos III, IV, V e VI, *in verbis*:

Art. 3º São objetivos prioritários do Distrito Federal:

(...)

III – preservar os interesses gerais e coletivos;

IV – promover o bem de todos;

V – proporcionar aos seus habitantes condições de vida compatíveis com a dignidade humana, justiça social e o bem comum;

VI – dar prioridade no atendimento das demandas da sociedade nas áreas de educação, saúde, trabalho, transporte, segurança pública, moradia, saneamento básico, lazer e assistência social.

Importa mencionar que constitui papel do Estado garantir a prestação adequada dos serviços públicos, em especial no tocante a oferta de um sistema de saúde eficiente que promova a assistência integral a tratamentos, consultas, cirurgias, diagnósticos, prevenção de doenças e oferta de medicamentos. ↵

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**

Dessa maneira, solicito informações ao Secretário de Estado de Saúde para que esclareça qual providência tem sido adotada para que regularize a situação no HMIB, estando os serviços da lavanderia paralisados gerando a suspensão de cesarianas.

Ante o aventado, rogo, com esteio no art. 60, XVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o auxílio dos nobres Parlamentares a fim de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Sessões, em



**Deputado DELMASSO**  
Autor

> SETAS - 000151 <



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



**REQUERIMENTO N.º RQ 2352 /2017**  
**(Do Sr. Deputado DELMASSO – PODEMOS/DF)**

LEIDO  
07.02.17

*[Assinatura]*  
Câmara Legislativa

> SETAS - 000152 <

**Requer o encaminhamento de solicitação de informações a Secretaria de Estado Saúde a respeito de suspensão de partos no Hospital Regional de Santa maria.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Requeiro, nos termos dos arts. 15, III; 39, § 2º, XII; e 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que seja solicitado ao Secretário de Saúde, informações a respeito de suspensão de partos no Hospital Regional de Santa Maria.

**JUSTIFICAÇÃO**

Foi publicada matéria na imprensa local sobre a suspensão de partos no Hospital Regional de Santa Maria, conforme foi noticiado por número insuficiente de profissionais os partos foram suspensos, <http://www.metropoles.com/distrito-federal/saude-df/partos-no-hospital-regional-de-santa-maria-sao-suspensos>.

Sabidamente a saúde pública tem passado por inúmeras privações, bem como tem sofrido diuturnamente com a má gestão, o que tem ocasionado grande prejuízo a toda comunidade que na grande maioria das vezes fica frustrada ao buscar atendimento na Rede Pública de Saúde, seja por falta de médico, aparelhagem para realização de exames de natureza essencial, como também por falta de medicamentos e utensílios mínimos. ☺



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



> SETAS - 0001433 <

Salutar registrar o prelecionado pela Constituição Federal, em seus arts. 6º e 196, os quais dispõe que a saúde constitui direito de natureza fundamental, ficando o Estado incumbido de garantir o pleno exercício deste direito por meio da oferta de políticas públicas capazes de prover à comunidade distrital de um sistema de saúde adequado que coopera para a redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde da comunidade.

Cabe aqui realçar que o acesso à saúde deve ser tratado como objetivo prioritário do Estado, conforme preleciona a Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu art. 3º, incisos III, IV, V e VI, *in verbis*:

Art. 3º São objetivos prioritários do Distrito Federal:

(...)

III – preservar os interesses gerais e coletivos;

IV – promover o bem de todos;

V – proporcionar aos seus habitantes condições de vida compatíveis com a dignidade humana, justiça social e o bem comum;

VI – dar prioridade no atendimento das demandas da sociedade nas áreas de educação, saúde, trabalho, transporte, segurança pública, moradia, saneamento básico, lazer e assistência social.

Importa mencionar que constitui papel do Estado garantir a prestação adequada dos serviços públicos, em especial no tocante a oferta de um sistema de saúde eficiente que promova a assistência integral a tratamentos, consultas, cirurgias, diagnósticos, prevenção de doenças e oferta de medicamentos.

Importante salientar ainda que é função típica desta Casa de Leis a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Distrito federal, conforme estatui o art. 77 da LODF:

**Art. 77. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder** Ⓞ

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**

&gt; SETAS - 000154 &lt;

**Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.**

***Parágrafo único.* Deve prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Distrito Federal responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.**

Sendo assim, solicito ao Secretário de Estado de Saúde informações a respeito da suspensão dos partos no HRSM, qual providência está sendo adotada para que regularize a situação no hospital.

Pelo exposto, proclamo aos Nobres Pares a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em.....



**Deputado DELMASSO**

**Autor**



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DEPUTADO DELMASSO**



**REQUERIMENTO Nº. RQ 2353 /2017**  
**(Do Senhor Deputado DELMASSO – PODEMOS/DF)**

L I D O

07/02/17

Secretaria Legislativa

> SETAS - 000155 <

**Requer o encaminhamento de solicitação de informações a Companhia Secretaria de Estado de Meio Ambiente, sobre a revitalização e possíveis danos ambientais dentro do Parque Recreativo Prainha no Gama.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Requer, nos termos dos arts. 15, III; 39, § 2º, XII; e 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que seja solicitado a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, sobre a revitalização e possíveis danos ambientais dentro do Parque Recreativo Prainha no Gama.

SECRETARIA LEGISLATIVA 067800.7 17417

Wesley 70147

**JUSTIFICAÇÃO**

O Distrito Federal ganhou seu primeiro parque ecológico, criado em 1961, no Gama, a entrada era gratuita e os frequentadores tinham à disposição 744 hectares de área verde, tanques de água corrente, um córrego cristalino e muitos pontos de cerrado intocado. e



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DEPUTADO DELMASSO**



> SETAS - 000156 <

Desde 2002, porém, o espaço caiu no esquecimento. O governo anterior até anunciou a revitalização do parque, mas o local continua no abandono, após quatro décadas funcionando como ponto de lazer, atualmente virou um local sem nenhuma segurança.

O que deveria ser um local de lazer e preservação ambiental virou espaço para assaltos, tráfico de drogas e até assassinatos. Essa é a realidade do Parque Prainha, com três nascentes, além de uma rica fauna e flora, lugar exuberante as margens do Rio Alagados.

Importa registrar, que a falta de estrutura tem impossibilitado uma gestão eficiente e eficaz do parque, o que por sua vez abre brecha para a ocorrência de diversos problemas como captação ilegal de água, mineração, invasão, loteamento, prática de agricultura, despejo de dejetos e esgotos nas nascentes, desmanche de carros, presença de drogados e muitos outros problemas relacionados.

Os problemas apontados acima são gravíssimos e se não forem solucionados em um curto prazo, pode acarretar a perda do meio ambiente natural da prainha além de dar cabo o fim do primeiro parque ecológico da Capital do Brasil, espaço tradicional da história e cultura local.

**Em Audiência Pública realizada no dia 25 de maio de 2016 para debater a respeito da revitalização do Parque Recreativo Prainha, na Região Administrativa do Gama – RA II, nos foi relatado que o rio alagado/córrego crispim corta o Parque e há anos sofre com a poluição, em função de dejetos de esgoto despejados pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, dentro do parque.**

É sabido que em áreas urbanizadas os problemas ambientais afloram de forma grandiosa, demandando ações do Poder Público que minimizem os efeitos negativos da intensa urbanização. A disponibilização dentro do perímetro urbano de áreas verdes, como os parques, para o lazer e a contemplação contribuem, sobremaneira, para a boa qualidade das relações dos cidadãos com o meio ambiente.



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DEPUTADO DELMASSO**



> SETAS - 000157 <

Dessa forma e em face do dever de o Estado proteger o meio ambiente e preservar a fauna, flora e o cerrado, conforme art. 16, IV e V, da Lei Orgânica do Distrito Federal, reputa-se imprescindível o conhecimento da atual situação ambiental do Parque Recreativo da Prainha, para futura manutenção e preservação ambiental do local.

Sendo assim, foi aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT, um requerimento de ação de fiscalização, nos termos do art. 226 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Após a aprovação do requerimento, foi instaurado o processo de nº 001-101617/2016 e enviado ofícios a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB e Instituto Brasília Ambiental – IBRAM, solicitando informações sobre a respeito da situação do Parque Recreativo da Prainha, até o momento não recebemos respostas.

Importante salientar ainda que é função típica desta Casa de Leis a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Distrito federal, conforme estatui o art. 77 da LODF:

**Art. 77. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.**

**Parágrafo único.** Deve prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Distrito Federal responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária. *Q*



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DEPUTADO DELMASSO**

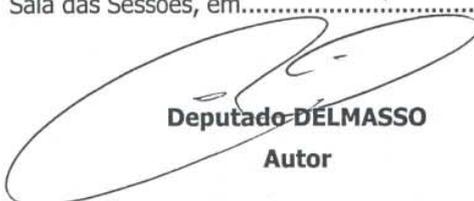


Sendo assim, solicito a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, informações sobre quais providências estão sendo tomadas para a revitalização do Parque Recreativo Prainha, e ainda, a respeito do possível dano ambiental causado pela CAESB despejando esgoto no Rio Alagado/Córrego Crispim.

> SETAS - 000158 <

Pelo exposto, proclamo aos Nobres Pares a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em.....



**Deputado DELMASSO**  
**Autor**



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DEPUTADO DELMASSO**



**REQUERIMENTO Nº. RQ 2354 /2017**  
**(Do Senhor Deputado DELMASSO – PODEMOS/DF)**

L I D O  
Em, 07/02/17  
Secretaria Legislativa

> SETAS - 000189 <

**Requer o encaminhamento de solicitação de informações ao Instituto Brasília Ambiental – IBRAM, sobre a revitalização e possíveis danos ambientais dentro do Parque Recreativo Prainha no Gama.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Requer, nos termos dos arts. 15, III; 39, § 2º, XII; e 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que seja solicitado ao Instituto Brasília Ambiental - IBRAM, sobre a revitalização e possíveis danos ambientais dentro do Parque Recreativo Prainha no Gama.

SECRETARIA LEGISLATIVA 04FEB2017 17:17

Wagner For14

**JUSTIFICAÇÃO**

O Distrito Federal ganhou seu primeiro parque ecológico, criado em 1961, no Gama, a entrada era gratuita e os frequentadores tinham à disposição 744 hectares de área verde, tanques de água corrente, um córrego cristalino e muitos pontos de cerrado intocado. ☺



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DEPUTADO DELMASSO**



> SETAS - 000160 <

Desde 2002, porém, o espaço caiu no esquecimento. O governo anterior até anunciou a revitalização do parque, mas o local continua no abandono, após quatro décadas funcionando como ponto de lazer, atualmente virou um local sem nenhuma segurança.

O que deveria ser um local de lazer e preservação ambiental virou espaço para assaltos, tráfico de drogas e até assassinatos. Essa é a realidade do Parque Prainha, com três nascentes, além de uma rica fauna e flora, lugar exuberante as margens do Rio Alagados.

Importa registrar, que a falta de estrutura tem impossibilitado uma gestão eficiente e eficaz do parque, o que por sua vez abre brecha para a ocorrência de diversos problemas como captação ilegal de água, mineração, invasão, loteamento, prática de agricultura, despejo de dejetos e esgotos nas nascentes, desmanche de carros, presença de drogados e muitos outros problemas relacionados.

Os problemas apontados acima são gravíssimos e se não forem solucionados em um curto prazo, pode acarretar a perda do meio ambiente natural da prainha além de dar cabo o fim do primeiro parque ecológico da Capital do Brasil, espaço tradicional da história e cultura local.

**Em Audiência Pública realizada no dia 25 de maio de 2016 para debater a respeito da revitalização do Parque Recreativo Prainha, na Região Administrativa do Gama – RA II, nos foi relatado que o rio alagado/córrego crispim corta o Parque e há anos sofre com a poluição, em função de dejetos de esgoto despejados pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, dentro do parque.**

É sabido que em áreas urbanizadas os problemas ambientais afloram de forma grandiosa, demandando ações do Poder Público que minimizem os efeitos negativos da intensa urbanização. A disponibilização dentro do perímetro urbano de áreas verdes, como os parques, para o lazer e a contemplação contribuem, sobremaneira, para a boa qualidade das relações dos cidadãos com o meio ambiente. 3



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DEPUTADO DELMASSO**



Dessa forma e em face do dever de o Estado proteger o meio ambiente e preservar a fauna, flora e o cerrado, conforme art. 16, IV e V, da Lei Orgânica do Distrito Federal, reputa-se imprescindível o conhecimento da atual situação ambiental do Parque Recreativo da Prainha, para futura manutenção e preservação ambiental do local.

. Sendo assim, foi aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT, um requerimento de ação de fiscalização, nos termos do art. 226 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Após a aprovação do requerimento, foi instaurado o processo de nº 001-101617/2016 e enviado ofícios a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB e Instituto Brasília Ambiental – IBRAM, solicitando informações sobre a respeito da situação do Parque Recreativo da Prainha, até o momento não recebemos respostas.

Importante salientar ainda que é função típica desta Casa de Leis a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Distrito federal, conforme estatui o art. 77 da LODF:

**Art. 77. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.**

**Parágrafo único.** Deve prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Distrito Federal responda, ou que, em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária. ◊



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DEPUTADO DELMASSO**

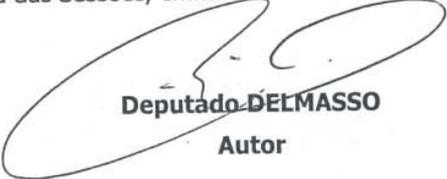


> SET/MS - 000162 <

Sendo assim, solicito ao Instituto Brasília Ambiental - IBRAM, informações a respeito do processo de revitalização do Parque Recreativo Prainha, e ainda, a respeito do possível dano ambiental causado pela CAESB despejando esgoto no Rio Alagado/Córrego Crispim.

Pelo exposto, proclamo aos Nobres Pares a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em.....

  
**Deputado DELMASSO**

**Autor**



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DEPUTADO DELMASSO**



**REQUERIMENTO Nº.** RQ 2355 /2017  
**(Do Senhor Deputado DELMASSO – PODEMOS/DF)**

L I D O  
07/02/17  
M  
Secretaria Legislativa

> SETAS - 000163 <

**Requer o encaminhamento de solicitação de informações a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, a respeito de possíveis danos ambientais dentro do Parque Recreativo Prainha no Gama.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Requer, nos termos dos arts. 15, III; 39, § 2º, XII; e 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que seja solicitado informações a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, a respeito de possíveis danos ambientais dentro do parque Recreativo Prainha no Gama.

SECRETARIA LEGISLATIVA 06/FEV/2017 17:18

Wladimir

**JUSTIFICAÇÃO**

O Distrito Federal ganhou seu primeiro parque ecológico, criado em 1961, no Gama, a entrada era gratuita e os frequentadores tinham à disposição 744 hectares de área verde, tanques de água corrente, um córrego cristalino e muitos pontos de cerrado intocado. e



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DEPUTADO DELMASSO**



> SETAS - 000164 <

Desde 2002, porém, o espaço caiu no esquecimento. O governo anterior até anunciou a revitalização do parque, mas o local continua no abandono, após quatro décadas funcionando como ponto de lazer, atualmente virou um local sem nenhuma segurança.

O que deveria ser um local de lazer e preservação ambiental virou espaço para assaltos, tráfico de drogas e até assassinatos. Essa é a realidade do Parque Prainha, com três nascentes, além de uma rica fauna e flora, lugar exuberante as margens do Rio Alagados.

Importa registrar, que a falta de estrutura tem impossibilitado uma gestão eficiente e eficaz do parque, o que por sua vez abre brecha para a ocorrência de diversos problemas como captação ilegal de água, mineração, invasão, loteamento, prática de agricultura, despejo de dejetos e esgotos nas nascentes, desmanche de carros, presença de drogados e muitos outros problemas relacionados.

Os problemas apontados acima são gravíssimos e se não forem solucionados em um curto prazo, pode acarretar a perda do meio ambiente natural da prainha além de dar cabo o fim do primeiro parque ecológico da Capital do Brasil, espaço tradicional da história e cultura local.

**Em Audiência Pública realizada no dia 25 de maio de 2016 para debater a respeito da revitalização do Parque Recreativo Prainha, na Região Administrativa do Gama – RA II, nos foi relatado que o rio alagado/córrego crispim corta o Parque e há anos sofre com a poluição, em função de dejetos de esgoto despejados pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, dentro do parque.**

É sabido que em áreas urbanizadas os problemas ambientais afloram de forma grandiosa, demandando ações do Poder Público que minimizem os efeitos negativos da intensa urbanização. A disponibilização dentro do perímetro urbano de áreas verdes, como os parques, para o lazer e a contemplação contribuem, sobremaneira, para a boa qualidade das relações dos cidadãos com o meio ambiente.



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DEPUTADO DELMASSO**



> BETAS - 000165 <

Dessa forma e em face do dever de o Estado proteger o meio ambiente e preservar a fauna, flora e o cerrado, conforme art. 16, IV e V, da Lei Orgânica do Distrito Federal, reputa-se imprescindível o conhecimento da atual situação ambiental do Parque Recreativo da Prainha, para futura manutenção e preservação ambiental do local.

Sendo assim, foi aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT, um requerimento de ação de fiscalização, nos termos do art. 226 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Após a aprovação do requerimento, foi instaurado o processo de nº 001-101617/2016 e enviado ofícios a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB e Instituto Brasília Ambiental – IBRAM, solicitando informações sobre a respeito da situação do Parque Recreativo da Prainha, até o momento não recebemos respostas.

Importante salientar ainda que é função típica desta Casa de Leis a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Distrito federal, conforme estatui o art. 77 da LODF:

**Art. 77. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.**

**Parágrafo único.** Deve prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gereencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Distrito Federal responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária. *o*



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DEPUTADO DELMASSO**



Sendo assim, solicito informações a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, a respeito de denúncia recebida em audiência pública dos moradores do Gama e Santa Maria sobre possível dano ambiental causado por essa Companhia despejando esgoto no Rio Alagado/Córrego Crispim.

Pelo exposto, proclamo aos Nobres Pares a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em.....

**Deputado DELMASSO**  
**Autor**

> SETAS - 000166 <



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Deputado JOE VALLE**



REQUERIMENTO RQ 2356/2017  
 (Do Senhor Deputado Joe Valle)

Em, 07/02/17

Secretaria Legislativa

Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a situação dos catadores e catadoras de materiais recicláveis com o início da desativação do "Lixão" da Estrutural e início das atividades do Aterro Sanitário de Samambaia e a situação da regularização dos terrenos das cooperativas de catadores.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL:

Nos termos do artigo 124 do Regimento Interno, venho à honrosa presença de Vossa Excelência requerer a realização de Audiência Pública no dia 14 de fevereiro de 2017 para debater sobre a situação dos catadores e catadoras de materiais recicláveis com o início da desativação das atividades do Aterro Sanitário de Samambaia e a situação da regularização dos terrenos das cooperativas de catadores.



**JUSTIFICAÇÃO**

A situação atual dos catadores e catadoras de materiais recicláveis com o início do funcionamento do Aterro Sanitário de Samambaia e consequente início do processo de desativação do "Lixão" da Estrutural está de extrema vulnerabilidade, principalmente pelo fato de que os centros de triagem destinados a resíduos sólidos não foram construídos e inaugurados estando esta situação em desacordo com os ditames da Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010), notadamente quanto à obrigação legal de inclusão social e emancipação econômica das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis que atuam naquela região.

O deslocamento de quase um terço do material antigamente depositado no referido lixão para o recém-inaugurado Aterro Sanitário de Samambaia, onde não é autorizada a atuação de catadores, configura grande impacto na subsistência dos profissionais que hoje se ocupam da catção na Cidade Estrutural, colocando em risco socioeconômico as



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Deputado JOE VALLE**



mais de duas mil pessoas que dependem diretamente da venda de material reciclável obtido na localidade.

O crescimento populacional associado à mudança do padrão de consumo aumenta a produção dos resíduos sólidos. Neste contexto, as Instituições buscam a inserção socioprodutiva de catadores por meio da triagem e reciclagem de materiais. Além disso, os catadores prestam serviços de utilidade pública, contribuindo para o meio ambiente, com a promoção de uma cidade mais limpa e saudável. Contudo hoje as cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis enfrenta um sério problema com relação a regularização dos terrenos que as mesmas ocupam, e esta situação gera entraves como acesso a créditos para compra de equipamentos, participação em editais públicos, entre outros.

Pelo acima exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Requerimento.

Sala das Sessões, em de 2017.

*Cláudio*

*Joe Valle*  
Deputado JOE VALLE  
PDT

*Cláudio Abrantes*

*Cláudio*

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>		<b>Sessão/Reunião</b>
07	02	2017	15h05min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 3ª  
(TERCEIRA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Bispo Renato Andrade a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo em vista a importância do processo de ocupação da terra no âmbito do Distrito Federal, o alto índice de irregularidades existentes e a recente medida provisória encaminhada pelo Governo Federal, a Medida Provisória nº 759 – se não me falha a memória, que trata da questão da Amazônia, mas o título II trata basicamente da regularização fundiária urbana; essa matéria tem uma enorme implicação, e a Deputada Telma Rufino encontra-se conosco no plenário –, eu entendo que esta Casa precisa aprofundar esse debate, externar junto ao Congresso Nacional o seu entendimento da matéria e o quanto ela vai beneficiar ou prejudicar o Distrito Federal.

Nós não podemos nos sentir alheios à magnitude dessa matéria. Em alguns aspectos, ela simplifica e dá bastante celeridade; em outros aspectos, cria um

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 07   02   2017	<b>Horário Início</b> 15h05min	<b>Sessão/Reunião</b> 3ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 2

facilitador enorme para quem comercializou a terra pública à revelia do Poder Público. Então, essa matéria é extremamente relevante. A Casa deve se aprofundar nessa questão para ter um posicionamento. Eventualmente, que possamos ter um encontro com o relator para entender o que ele pretende fazer com essa matéria, Sr. Presidente. Eu deixo isso à reflexão de V.Exa. Não temos ainda os novos presidentes, mas, com certeza, quem o foi tem grande possibilidade de externar sua opinião. A Deputada Telma Rufino foi Presidente por dois anos nesta Casa.

Sr. Presidente, não podemos receber isso como fato consumado, até porque essa matéria só vai adentrar o Distrito Federal se o Governo do Distrito Federal entender que ela é conveniente, ou não, do ponto de vista do interesse público.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato o pedido do Deputado Wasny de Roure. Tomaremos as providências devidas para nos aprofundar nessa questão.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Deputado Wasny de Roure, o Fábio chegou a participar dessa reunião no Palácio do Planalto. Então, eu vou pedir permissão e autorização ao Presidente para a gente montar um grupo de trabalho aqui, exatamente para tratar dessa MP nº 579. O Fábio, como secretário da Comissão de Assuntos Fundiários, participou desse debate que houve no Palácio do Planalto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato o pedido da Deputada Telma Rufino. Participaremos desse processo.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de ser lembrado nesse debate porque já venho trabalhando nesse assunto há algum tempo, Deputada Telma Rufino. Eu agradeço a oportunidade.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Fazendo coro com as palavras do Deputado Wasny de Roure e da Deputada Telma Rufino, esta é a oportunidade de tentar mudar muitas coisas, já que a gente está tendo alguns ganhos na regularização, especialmente na das instituições religiosas. Agora é hora de tentar regularizar tudo.

	<b>CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL</b> 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA	<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
07   02   2017	15h05min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Aproveito para parabenizar o novo Secretário da SEGETH – Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação –, o Deputado Delmasso.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acolho as palavras do Deputado Bispo Renato Andrade. Vamos, então, providenciar esse grupo de trabalho.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (Bloco da Minoria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde aos colegas, à imprensa, aos colegas servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Logicamente, quando começa o novo ano, com forças renovadas, a gente espera poder contribuir com a nossa cidade, com o Distrito Federal. Nosso Presidente já deu a palavra de que amanhã haverá eleição para as comissões. Eu espero que isso aconteça porque há muitos projetos parados dentro da Câmara Legislativa que interessam à população do Distrito Federal.

Também há esta questão: quanto mais se demora nas eleições das comissões, mais se atrasam os trabalhos do ano de 2017. Já se chegou ao consenso de que não se aprova nada se a matéria não passar pelas comissões, com o que eu faço coro, logicamente. Estou de pleno acordo, para que a gente não venha a discutir, em absoluto, nada que chegue de última hora a esta Casa, quer seja nosso, dos Deputados, e muito menos do Poder Executivo. Que haja tempo para fazermos o debate, e a população, no final das contas, possa ganhar com isso.

É lógico que a gente chega com o ânimo redobrado, Deputado Wasny de Roure. Há muita coisa a ser feita. A crise hídrica vai ser debatida, há um requerimento. Nós temos também a questão fundiária, que precisa de fato acontecer este ano para que o governo possa enviar a LUOS – Lei de Uso e Ocupação do Solo – e o PPCUB – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília. Vamos discutir essa questão fundiária, de maneira que atenda a população do Distrito Federal como um todo. Nós estamos aqui para nos dar as mãos e fazer com que isso ande da melhor maneira possível, Deputado Julio Cesar.

Eu espero que não haja nenhum tipo de atropelo em momento nenhum, e a Câmara passe a funcionar dentro da normalidade. Que nada interrompa a normalidade entre os Deputados. Que não haja nas comissões qualquer tipo de briga entre os Deputados, mas que haja harmonia, para que se consolide logo. Que a gente possa definitivamente, na semana que vem, instalar essas comissões e começar a trabalhar.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
07   02   2017		15h05min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA		4

DEPUTADO JULIO CESAR – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, boa tarde a todos. Obrigado, Deputado Bispo Renato Andrade. Nessa mesma linha, eu peço aqui, em especial, a atenção do nosso Presidente para ver se a gente conseguiria se reunir no dia de hoje, em algum determinado momento, justamente para tentar chegar a um consenso em relação às comissões. Fico preocupado com a demora na instalação dessas comissões, até porque hoje mesmo foram lidos aqui diversos projetos de lei, e nós realmente precisamos decidir as questões das comissões.

Eu acho que falta tão pouco! Numa conversa rápida e objetiva, chega-se a um denominador para que a Casa possa funcionar, e realmente não tenhamos prejuízos em relação aos projetos. Eu acho que nesta semana deveríamos acabar com isso. E aproveitando que hoje é um dia em que todos os Deputados estão aqui presentes, poderíamos tentar, Deputado Bispo Renato Andrade, chegar a esse acordo e finalizar o mais rápido possível.

Obrigado pelo aparte. Todos nós já tivemos grandes situações, como foi o caso do Uber. Esta Casa, depois de um longo debate, conseguiu chegar a um denominador comum. Não serão as comissões que nos farão ficar aqui discutindo por tão longo tempo. Muito obrigado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. está muito bem assessorado, mas eu queria lembrar que precisa ser publicada a composição de partidos e blocos. Além disso, nós precisamos fazer a distribuição dos Deputados nas respectivas comissões, para depois ir à votação. Nisso há o interstício temporal de cinco dias.

É claro que pode haver um acordo para suprimi-lo. Eu alerto os colegas, porque nós estamos em um ano novo, já praticamente em meados de fevereiro. Vamos dar celeridade a esse procedimento e entremos em votação, seja hoje ou amanhã, com a maior tranquilidade possível. Hoje eu acho que não é possível porque não foi feita a distribuição dos Deputados. Se tudo correr bem, talvez amanhã.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Só para encerrar, Sr. Presidente, já ouvi uma fala de V.Exa. com relação aos vetos. Muitas vezes eles trancam a pauta desta Casa. Que, de fato, eles possam ser analisados e, naquilo que for possível manter ou derrubar, que possamos discutir sobre isso para que não haja, muitas vezes, matérias importantes que são trancadas por causa desses vetos. Faço esse

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
07	02	2017	15h05min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

apelo a V.Exa. Que isso seja discutido e que possamos trazer aquela que tem sido a fala de V.Exa.: normalidade a esta Casa.

E mais ainda, quero parabenizá-lo. Ontem, reunido com alguns Deputados, V.Exa. apresentou aquele que é o seu projeto, o plano de trabalho para 2017, junto com os demais Deputados. É lógico, quero aqui aquiescer e dar o meu apoio total àquilo que V.Exa. já apresentou. Temos certeza de que vai dar muito certo e a Câmara continuará a dar sua contribuição para o povo do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero agradecer a presença dos cantineiros, que estão buscando uma melhoria para ver se eles permanecem na cantina com o pessoal do lanche. Agradeço a presença do presidente da associação deles, o Sr. Magalhães. Os demais sejam muito bem-vindos a esta Casa, em nome dos 24 Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, membros da imprensa, demais servidores desta Casa, primeiramente eu gostaria de – não tive a oportunidade ainda de usar esta tribuna – parabenizar V.Exa., Deputado Joe Valle, pelo excelente trabalho que, nesses menos de dois meses em que assumiu a Presidência, tem implementado à frente desta Casa.

Quero saudar aqui os cantineiros vinculados à Secretaria de Estado de Educação e às escolas, que estão aqui em plenário, e os servidores da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Quero, hoje, justamente falar sobre o início do ano letivo, Deputado Wasny de Roure e Deputado Prof. Reginaldo Veras. Hoje nós estamos iniciando o ano pedagógico e, na sexta-feira, dia 10, vamos abrir, Deputado Cláudio Abrantes, as portas das escolas a todos os alunos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Atualmente, a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal atende cerca de 450 mil alunos, 40 mil a mais do que o ano passado. Ou seja: o Distrito Federal aumentou em 40 mil o número de matrículas em relação ao ano de 2016. Nós temos, hoje, cerca de 30 mil professores na rede; 42 mil alunos estão sendo atendidos diretamente na educação integral, em 255 escolas.

Na educação infantil, Deputado Joe Valle, nosso Presidente, existem 52 mil alunos sendo atendidos na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal; destes, 16 mil

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA		
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO		SETOR DE TAQUIGRAFIA		
<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>	
07   02   2017	15h05min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA	6	

773 são atendidos, Deputada Luzia de Paula, diretamente nas creches. Até hoje – incluindo as que foram inauguradas no governo passado e neste Governo –, foram quinze novas creches. Até o mês de abril, serão inauguradas mais quatro creches por este governo: duas em Samambaia, que seriam o Cepi Cutia, na QS 127, e o Cepi Mangabeira, na QS 403; uma em Brazlândia, que é o Cepi Sagui, que fica na Quadra 2, no Veredas; e uma no Lago Norte, que é o Cepi Perdiz, que fica na QI 4. Quatro creches, hoje, são operadas por entidades privadas e são conveniadas, e estão recebendo as matrículas que foram colocadas à disposição pelo Disc 100.

Deputado Wasny de Roure – V.Exa., e os Deputados Prof. Reginaldo Veras, Chico Leite que empreenderam aqui nesta Casa –, este ano, serão liberados cerca de 30 milhões de reais para o Programa de Descentralização e Administração Financeira. Vamos dizer que é o dinheiro direto na escola pelo PDAF – isso a primeira parcela. Fora isso, temos as emendas que os Deputados colocaram para a execução no ano de 2017.

Quero também dizer o seguinte: neste ano, 84 mil estudantes estão sendo atendidos diretamente pelo Cartão Material Escolar, que está dando, Deputada Luzia de Paula, 80 reais para cada estudante fazer a compra do seu material escolar.

Obviamente, nós sabemos, que o valor pode ser um valor pequeno, mas ajuda, principalmente aqueles estudantes que são de baixa renda e que, muitas vezes, a família não tem o dinheiro para comprar o material básico, que é o caderno, a caneta, um estojo, uma mochila, porque a gente sabe que os livros, muitas vezes, são disponibilizados pelo Ministério da Educação, por meio do FNDE.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Delmasso, tendo em vista que agora passaremos a contar com o colega como Liderança de Governo, eu quero, inicialmente, parabenizar V.Exa. por essa tarefa. Já o fiz pessoalmente, e neste momento quero lembrar V.Exa. – já que está apresentando os dados bastante exitosos – que me preocupa muito a demora do governo com a licitação das novas unidades.

Foram quatro unidades de escolas técnicas previstas no convênio. Apenas a do Guará – que, por sinal, V.Exa. apresentou o nome dessa escola a ser homenageada – que, parece-me, foi votado no final do ano. Ainda faltam três outras. Lembro-me bem das de Santa Maria, Brazlândia e Paranoá.

A população está aguardando o Governo do Distrito Federal licitar, uma vez que esses recursos já estão nos cofres do governo. Já há alguns anos, inclusive, esse convênio foi renovado, alterando inclusive uma cláusula que estabelecia que ele não seria renovado se não tivesse sido feita a licitação para as novas escolas. Como esse

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 07   02   2017	<b>Horário Início</b> 15h05min	<b>Sessão/Reunião</b> 3ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 7

atual governo – o chamado golpista Temer – mudou muitas coisas, então nós temos que administrar alguns problemas.

Quero pedir o apoio de V.Exa. Eu sei que o programa de creches é bastante exitoso. Como V.Exa. disse, a grande maioria dessas creches é oriunda do Governo Agnelo Queiroz, e o Governador Rollemberg deu continuidade. Então, eu quero sugerir que, a exemplo dessas, seja feita licitação para as três outras escolas, a fim de que nós possamos acompanhar a execução desses recursos.

Obrigado.

DEPUTADO DELMASSO – Deputado Wasny de Roure, com certeza, vamos fazer esse encaminhamento imediatamente. Quero solicitar ao nosso Secretário José Flávio que já faça esse encaminhamento ao Secretário de Educação, pedindo a priorização.

Como V.Exa. citou obras em andamento, quero citar aqui quatro obras que estão em andamento atualmente, que estão sendo executadas pelo Governo do Distrito Federal. São elas: a Escola Verde, a escola na Fercal, a escola na Guariroba e a Escola Técnica do Guará, que V.Exa. já citou.

Também quero aqui dizer, Deputado Wasny de Roure e demais membros da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que a Secretaria de Educação assume o compromisso de fazer a convocação imediata dos professores aprovados para os contratos temporários a fim de suprir todas as carências. A meta que o Secretário Júlio tem estabelecido é a de que, no primeiro dia de aula, nós tenhamos carência zero, ou seja, que nenhum professor venha a faltar na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Eu acredito que esse é um avanço, é um importante avanço na gestão.

Também queria citar aqui outra questão. Existe a previsão de duas creches a serem concluídas até o final de 2017. Existe também o compromisso do Secretário de Educação e do Governador do Distrito Federal de enviarem, ainda neste semestre, a esta Casa, o projeto de lei que transforma em lei o PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – e o projeto de lei da gestão democrática nas escolas públicas do Distrito Federal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Delmasso, veja bem, eu estou preocupado porque V.Exa. está dizendo que, a partir de sexta-feira, está tudo resolvido. Hoje, inclusive, falei com o Secretário Adjunto Dalmo sobre a nomeação de 211 professores. Essa lenga-lenga é uma coisa inacreditável, porque eu já vi nomeação de mais de dois mil professores, mas é impressionante esse vaivém dentro das várias secretarias que opinam sobre esse processo. Agora, o governo já fala na posse dos temporários. Será que o governo

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA		
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO		SETOR DE TAQUIGRAFIA		
<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>	
07   02   2017	15h05min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA	8	

está levando em conta, será que de fato ele vai mesmo fazer essas nomeações? Isso me preocupa, tanto é verdade que, dia sim, dia não, eu tenho falado, ora na Secretaria de Educação, ora na Secretaria de Planejamento, mas até o momento não saiu a nomeação dos novos professores. São 211 professores.

Eu quero pedir a colaboração do meu amigo, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que foi o nosso presidente até recentemente e que acompanha bem de perto essa temática. Como ele também é um colaborador do Governo Rollemberg nesta Casa, naturalmente está ansioso por ver essa pauta resolvida. É isso, Deputado Prof. Reginaldo Veras?

DEPUTADO DELMASSO – Deputado Wasny de Roure, concordo plenamente com V.Exa. Agora, precisamos deixar claro que o processo seletivo para professor temporário já está na fase final, e é uma meta que o Secretário assumiu.

O que é mais importante é termos o início das aulas e os alunos poderem chegar em cada sala de aula sem nenhum tipo de percalço, porque o que é mais importante é nós termos todas as aulas organizadas e os professores em sala de aula.

Sr. Presidente, quero agradecer. Deputado Wasny de Roure, obrigado pelos apartes, incorporo todos os apartes ao meu discurso. Logo mais, voltarei para falar sobre uma questão interessante que vai acontecer nos próximos dias na área da saúde.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Delmasso.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, galeria aqui presente, imprensa, quero primeiro corroborar o que já tem sido dito aqui nesta tribuna quanto às felicitações ao início de trabalho da Mesa Diretora, à maneira como vem conduzindo a Câmara, com uma postura realmente independente, que é o que esperamos do Legislativo: um Legislativo que não se dobre, que seja parceiro do Governo quando for necessário, mas, quando o Governo estiver contra a população, esteja do lado de quem trouxe os Parlamentares para este plenário, que foi o povo. Não foi o Governador, não foi indicação partidária. Quem trouxe todos nós para este plenário, Deputado Wasny de Roure, foi o povo. Então, esperamos que a Câmara Legislativa continue com uma postura firme de defesa da população.

Eu venho à tribuna, nesta tarde, para fazer a nossa primeira intervenção como Líder do Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Antes de tudo, quero falar do meu orgulho de poder aqui representar esses companheiros e de responder por este bloco, composto pelo Deputado Prof. Reginaldo Veras, pelo Deputado Chico Leite, pelo Presidente desta Casa, Deputado Joe Valle, e pela minha pessoa.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
07   02   2017		15h05min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA		9

Eu trago aqui ao plenário hoje um tema para o qual, embora não seja da nossa competência legislativa, talvez a classe política do Distrito Federal e a população ainda não tenham se mobilizado ou compreendido a dimensão e o impacto que terá sobre a vida de cada cidadão brasileiro e de cada cidadão brasileiro, Deputado Ricardo Vale, que é essa famigerada reforma da Previdência.

A matéria não é de nossa competência legislativa. Nós não temos poder de debate aqui nesta Casa sobre isso nem efetivamente de produção legislativa, mas nós temos, sim, as nossas relações políticas, nós temos as nossas relações partidárias e nós temos, principalmente, as nossas relações sociais no sentido de enfrentar o que está sendo posto por esse governo no tocante à reforma da Previdência. É tão grave, Deputado Wasny de Roure e Deputado Chico Vigilante, que, passando o texto do Presidente Temer, um cidadão vai ter que começar a trabalhar aos 16 anos de idade para se aposentar integralmente e não necessariamente com a integralidade dos seus vencimentos.

Muitas pessoas, às vezes, pensam que essa é uma luta específica de uma classe de servidores. As polícias civis, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal preparam um grande ato amanhã em defesa dos direitos dos trabalhadores específicos da área de segurança. As pessoas, às vezes, pensam que isso só diz respeito às polícias ou aos professores, um tema tratado agora há pouco pelo Deputado Delmasso. Ou, às vezes, as pessoas pensam que a reforma não as alcança porque elas estão no início da sua vida profissional. Não é verdade. A reforma retira direitos dos trabalhadores. A reforma agride frontalmente conquistas das mulheres e põe as mulheres numa situação extremamente complicada, visto que a mulher ainda tem outras atividades, outras funções em casa, como mãe, como esposa. Por mais que tenhamos dividido isso, a mulher naturalmente – está comprovado – tem uma carga muito maior do que a do homem. E essa reforma retira isso. Essa reforma não considera as contribuições que as pessoas fizeram. Ela cria um número mágico de 50 anos de idade para se entrar numa regra de transição e, principalmente, o que é a mais fraca argumentação dessa reforma, a ideia de que ou se faz isso ou a Previdência vai quebrar.

A Previdência precisa de uma reforma, é bem verdade, mas não dessa. A Previdência precisa, sim, ter questões de benefícios revistos. Precisa, mas a Previdência precisa, fundamentalmente, primeiro, de um grande estudo, de uma grande auditoria para descobrir as falcatruas históricas que acontecem de malandros dilapidando o patrimônio público da Previdência do Brasil.

Então, eu conclamo esta Câmara Legislativa para que se manifeste, Deputado Joe Valle, para que cada Deputado Distrital...

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Ouço o aparte de V.Exa.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 07   02   2017	<b>Horário Início</b> 15h05min	<b>Sessão/Reunião</b> 3ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 10

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Cláudio Abrantes, eu queria cumprimentar V.Exa. por este lúcido pronunciamento e dizer que, além de exigir um maior tempo de contribuição, um dos grandes problemas que esse projeto traz consigo é a retirada de vários direitos. Eu quero citar um direito aqui que foi amplamente comemorado no âmbito do Distrito Federal, tendo em vista que foi um parlamentar do Distrito Federal que apresentou, que é o benefício previdenciário para o deficiente, seja ele físico ou mental, de diferentes naturezas. Isso agride frontalmente a história de construção da Previdência Brasileira.

A Previdência Brasileira se caracterizou por ser uma previdência nos padrões de alta qualidade, até mesmo internacional. O modelo brasileiro é um modelo que, durante muitos anos, foi visto como exemplar. Agora, o que me assusta é que, ao falarem dos problemas, eles não encaram, de fato, qual é a dificuldade.

Nós sabemos que a Previdência para o trabalhador rural, que, em geral, se situa no patamar de um salário mínimo, naturalmente não é uma contribuição mensal, é uma contribuição de produção, e nem todo ano o agricultor tem uma colheita satisfatória, e isso gera um desequilíbrio. Ocorre que, se você analisar a agricultura apenas do ponto de vista da contribuição individual de cada agricultor esquecendo-se daquilo que o segmento agricultura gerou historicamente na balança de pagamento e na nossa disponibilidade de alimento no nosso país... Quanto à parte do setor urbano, a Previdência é equilibrada. Então, esse mascaramento que existe é algo desumano e desrespeitoso com quem já contribui com a Previdência.

Por isso o pronunciamento de V.Exa. chega em um bom momento nesta Casa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputado Cláudio Abrantes, primeiro, eu quero parabenizar V.Exa. por trazer para este fórum um tema que, inobstante não seja da nossa competência regimental, é de competência de todos os cidadãos.

Segundo, eu quero lembrar aqui que, quando se fala em reforma da Previdência, as pessoas colocam os números, Deputado Wasny de Roure, como se fossem definitivos e verdadeiros. Vejo, por exemplo, uma instituição séria como a Associação Nacional dos Fiscais dizer que os números não são realísticos, não são verdadeiros. Então, vejam, pesa sobre esse debate já uma dúvida, que é com relação aos números que são apresentados por todos os governantes. Não interessa

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
07   02   2017		15h05min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA		11

a época. Todos eles, quando assumem um governo, eles assumem aqueles números como se fossem verdadeiros.

Mas eu vou um pouquinho mais além. Eu me lembro de que eu participei, em 2003, de um debate sobre essa questão da reforma da Previdência. E, já naquele momento, nós lembrávamos o ensinamento de Rui Barbosa sobre o que é a aposentadoria. A aposentadoria é um contrato pretérito que você fez. Você fez um contrato com alguém, você se comprometeu a emprestar uma parte da sua remuneração, durante longos tinta e cinco anos, para que alguém pudesse ir capitalizando aquilo e, depois, quando você já não tivesse mais forças, pudesse continuar tendo a mesma capacidade de sobrevivência. Basicamente é isto: um contrato.

Agora o que a gente percebe aí, é forçoso reconhecer isso, é o seguinte: que os sucessivos governos que passaram ao longo dos tempos não têm competência para administrar isso.

Quem não tem competência, doutor, não se estabelece! Larga mão, entrega para quem tem competência para fazer! Mas o governo não quer discutir, nenhum governo quer discutir a questão da gestão. Agora, se ele não tem competência, por que vai insistir? Porque preside no Brasil o princípio da solidariedade? Tudo bem. O princípio da solidariedade pode estar presente se for administrado por alguém que não seja do serviço público. O que não dá é a gente ficar trabalhando com números que ninguém tem certeza de que são verdadeiros e com um gestor incompetente.

Para eu não perder a mania que sempre tenho de tentar trazer algumas coisas para a nossa realidade local, isso me parece muito com esse recente reajuste de passagem no Distrito Federal. O Governador insiste em primeiro reajustar para depois discutir, o que é uma falácia dele. A gente sabe que ele não quer discutir coisa nenhuma. Mas, guardadas as devidas proporções, é a mesma coisa. Primeiro você toma uma atitude definitiva para, depois, discutir. Eu nunca vi um troço desses.

Dentro da nossa casa, se queremos cortar gastos, a primeira coisa que a gente faz é sentar e discutir quais são os gastos que vamos cortar. Agora, ele já quer começar pelo final.

Eu quero agradecer, Deputado Cláudio Abrantes, e dizer que esse é um tema que precisa não ganhar o plenário aqui; nós precisamos fazer com que esse tema ganhe as ruas, porque a população é soberana.

Não tem instituição maior do que a população. É ela que pode discutir melhor, que pode apresentar solução e dizer se ela quer que sejam gestores esses governos que aí estão. Muito obrigado.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Agradeço o aparte do Deputado Raimundo Ribeiro e o incorporo ao meu pronunciamento.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
07	02	2017	15h05min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Finalizando, Sr. Presidente, naturalmente agradecendo a paciência de V.Exa., quero dizer que o Deputado Raimundo Ribeiro disse muito bem: nós primeiro partimos desta Câmara Legislativa, que é o nosso ambiente, o nosso cenário.

Amanhã à tarde, diversas instituições ligadas às polícias do Brasil – a gente tem notícia de comboios vindos do Rio Grande do Sul, da Paraíba, do Ceará, do Brasil inteiro –, se reunirão em Brasília para protestar contra essa reforma da Previdência.

Naturalmente que os policiais estão tratando especificamente de suas aposentadorias, mas não se enganem, o Deputado Raimundo Ribeiro já disse, esse debate é de toda a sociedade. Não há cidadão brasileiro, cidadã brasileira que esteja livre do alcance dessa reforma, que é cruel e desigual. Uma reforma que retira direitos e que pode trazer, sim, problemas graves para a população brasileira.

Só para falar da questão dos policiais, a maior média, a maior estimativa de vida entre os policiais do País é da Polícia Federal: sessenta e seis anos, Deputado Ricardo Vale. Ou seja, o policial vai se aposentar e vai morrer.

Como eu gosto muito da parte de publicidade e comunicação, um dia desses vi um *outdoor* do Sinpro que quero elogiar. Ele era muito engraçado, Deputado Chico Leite. Na verdade, ele seria muito engraçado se não fosse trágico, porque era uma pergunta para uma senhora já bem de idade. O interlocutor perguntava: "Onde está fulana?" A resposta dela era assim: "Ela morreu e não conseguiu se aposentar".

É isso o que está sendo proposto no Congresso Nacional e que vai atingir cada cidadão brasileiro. A Câmara precisa dar uma resposta. Portanto, estão todos convidados a se juntarem amanhã, às 14h, no Congresso Nacional, ao coro dos policiais civis, que têm de ganhar as ruas do Distrito Federal e do Brasil.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero pedir a inclusão em pauta do Requerimento nº 2.356, de 2017, que requer a realização de audiência pública para debater a situação dos catadores e catadoras de materiais reciclados.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a questão de ordem de V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje estava lendo o jornal pela manhã e vi que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social, de uma certa forma,

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
07   02   2017		15h05min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA		13

comemora a diminuição dos índices de violência aqui no Distrito Federal. Cita, inclusive, que só houve quarenta homicídios no mês de janeiro. Isso para mim é muito! Não acho quarenta homicídios pouca coisa!

É lógico que, além dessa questão da aposentadoria que o Deputado Cláudio Abrantes traz aqui, a reforma da Previdência, que é um verdadeiro atentado à democracia, a gente percebe – eu li no jornal também – a quantidade de policiais, de pessoas que trabalham na área de segurança do Distrito Federal doentes. Como tem policiais civis e policiais militares doentes! Tenho aqui dados que mostram que, em 2016, quatro mil policiais civis precisaram se afastar, apresentaram atestado médico, sem contar os PMs. A Polícia Militar não divulga a quantidade de atestados que é emitida. Portanto, é assustador!

Embora a secretaria comemore esses índices, a gente percebe, por parte da população, uma insegurança total. Os moradores do Distrito Federal estão extremamente inseguros, e é preciso que a gente verifique por que está acontecendo isso.

Lendo a matéria, vi que, em 2013, no Governo Agnelo, foram investidos quase 240 milhões no setor, Deputado Joe Valle, e agora, em 2016, o Governo Rollemberg só investiu 66 milhões. Ou seja, menos 173 milhões de investimento na área de segurança. E aí é lógico que os trabalhadores, os policiais vão sentir na pele a falta de estrutura para trabalhar. Então, é preciso que o governo reveja isso. São dados preocupantes. Muitos policiais estão se afastando e procurando psicólogos e psiquiatras. Eu não tenho dúvida de que isso – os números mostram – é falta de investimento, é falta de estrutura na polícia. É preciso que esta Casa debata isso e que o governo dê uma atenção maior à área de segurança pública.

Infelizmente, a gente vive um momento em nossa sociedade de muita intolerância, de ódio crescente em todas as camadas sociais, inclusive através das redes sociais. A gente precisa, além de trabalhar no sentido de construir uma sociedade melhor, ter uma polícia mais bem equipada, ter uma polícia mais bem valorizada. Infelizmente, quando a gente deveria fazer isso, vem o Temer com esse pacote para a Previdência, que pega todas as categorias, principalmente os policiais civis, militares e os bombeiros, enfim, a área de segurança do Distrito Federal.

Chamo a atenção desta Casa e peço ao Líder do Governo que a gente faça esse debate – que considero muito sério – sobre esses números, esses índices de violência em nossa cidade.

Para finalizar, eu cheguei um pouco atrasado à sessão. Está confirmada, Sr. Presidente, para amanhã a votação das comissões?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Vamos conversar. Estamos conversando com todos os Deputados, mas, a princípio, sim.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
07   02   2017		15h05min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA		14

DEPUTADO RICARDO VALE – Eu queria sugerir que fosse amanhã, até porque, Sr. Presidente, V.Exa., na reunião que houve ontem com os Deputados, disse que seria amanhã.

Nós já apresentamos – o nosso bloco – com treze. Nós estamos, o PT, inseridos num bloco de vários partidos e de vários Deputados e, é evidente, com uns do governo, como também no bloco de V.Exa., há muitos Deputados do governo.

Eu sugiro que façamos logo essa eleição amanhã para a Casa evidentemente funcionar de forma tranquila. A gente tem que dar uma resposta a essa população. E eu cumprimento vários trabalhadores que estão aqui neste momento. A sociedade espera muito desta Casa. Eu espero que amanhã possamos fazer essa eleição.

Era isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, Deputado Ricardo Vale.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, membros da Mesa, Deputados presentes e todos que aqui estão acompanhando esta sessão.

Inicialmente, Sr. Presidente, eu quero falar da preocupação nossa com a autonomia desta Casa, do Poder Legislativo. Eu não sei se todos têm o mesmo tempo que eu, mas eu verifico em alguns veículos de comunicação, em alguns blogues, e a coisa degradingou. Já se diz claramente que o deputado fulano de tal acabou de perder não sei quantos cargos porque não votou com o governo. Quer dizer: o que é que falta para tipificar a conduta de chantagista a quem está fazendo isso? Não sei!

Eu tenho a impressão de que negociação política não é isso, mas, infelizmente, está estampado. Eu não estou dizendo aqui nenhuma novidade, não. Está estampado em todos os blogues que o governo tem, como deram o nome, uma caneta pesada, implacável não sei o quê. Enfim, eu acho que isso não constrói absolutamente nada, porque uma coisa é você conquistar parceiros, outra coisa é você subjugar mandatos. Mas isso é uma discussão que, com o tempo, vai clarear.

Eu gostaria de informar também ao nosso Plenário – não sei se todos tomaram conhecimento – que o governo é muito cuidadoso com o nosso lazer e com a nossa cultura, tanto que contratou um consultor para nos ensinar o que é carnaval, pagou 80 mil, ou vai pagar 80 mil. É uma brincadeira realmente que se faz com o dinheiro público, mas deste governo se espera tudo, espera-se inclusive este assunto que agora vamos abordar, Deputado Wasny de Roure.

Nós estamos aqui recebendo, tendo o privilégio de receber inúmeras pessoas que construíram suas histórias nas escolas públicas do Distrito Federal, são aqueles que, de uma forma muito simples, as pessoas apelidaram de cantineiros. Eu lembro

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 07   02   2017	<b>Horário Início</b> 15h05min	<b>Sessão/Reunião</b> 3ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 15

que, lá no colégio do Setor Leste, a cantina era o ponto de encontro na hora do recreio. Eu acho que todos nós aqui passamos por isso.

Por que eles estão aqui neste momento? Eles estão aqui porque, há um ano, em maio de 2016, eles tiveram um encontro com o governo, no gabinete do Governador, que se comprometeu a regularizar, já tardiamente, a situação da ocupação que eles fazem lá nas escolas. E, para aqueles que não sabem, as cantinas contribuem muito, inclusive sob o aspecto financeiro, com as escolas, e o Governo se comprometeu a fazer essa regularização. Entretanto, até o presente momento, Deputado Wasny de Roure, não existe nenhum documento na Secretaria de Educação, não existe nada tendente a resolver o problema. Enquanto isso, alguns que ocupam há trinta, quarenta anos, estão sendo pressionados a desocupar aquele espaço.

Que governo é este? Sinceramente, eu gostaria que alguém que é da base do Governo pudesse explicar essas coisas publicamente, já que o Governador não o faz; que alguém que apoia este Governo diga aqui, nesta tribuna, por que o Governo, há quase um ano, promete fazer uma licitação para regularizar uma situação já existente e não toma nenhuma providência? E obriga as pessoas a saírem dos seus locais de trabalho para virem pedir socorro à Câmara Legislativa. (Palmas.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado Raimundo Ribeiro, eu quero aproveitar esta interrupção que V.Exa. me permite para cumprimentar os trabalhadores das cantinas das nossas escolas públicas, que têm sido sistematicamente constrangidos por colocações sobretudo advindas do Ministério Público.

Sr. Presidente, eu quero levantar um problema. O entendimento que se faz com relação a nossas cantinas não é o mesmo entendimento que se tem para as bancas de jornais. E verificamos que mesmo os próprios do Governo do Distrito Federal têm espaço em instalações de banco, comércio, bijuteria, uma série de coisas... e, inclusive, para o próprio BRB, não foram feitas licitações. (Palmas.)

Então, o que nós observamos é que as nossas autoridades precisam caminhar um pouco mais na cidade para perceber a complexidade do problema. Ninguém quer favor, ninguém quer situações distorcidas. Ninguém quer isso, mas nós também não podemos desconhecer a realidade social que se construiu nessas escolas. Essas cantinas cumprem uma função extremamente importante por complementarem, por darem, inclusive, respaldo às próprias administrações nas eventualidades e necessidades. Então, nós precisamos ter um olhar diferenciado.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   02   2017	15h05min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA	16



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA

## NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Eu lamento profundamente que o governo não tenha pelo menos se esforçado – pode até não conseguir –, para enfrentar esses óbices colocados pelos órgãos de controle.

Então, eu quero me solidarizar aqui com toda ação que precisar do nosso mandato para ajudar nesse debate. Nós nos encontramos inteiramente à disposição. O que não podemos ver é aqueles que trabalharam e deram, nos momentos mais difíceis, a sua cota de contribuição para esta cidade agora serem negligenciados e, conseqüentemente, descartados como objetos.

Portanto, a minha palavra aqui é de solidariedade a esses guerreiros e trabalhadores das cantinas das nossas escolas públicas.

Muito obrigado. (Palmas.)

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Agradeço o aparte do Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Deputado Raimundo Ribeiro, já pedindo escusas ao nosso Presidente por prolongar a fala do nosso Líder – mas eu acho que a galeria está repleta de pessoas que estão interessadas nesse tema –, eu quero aqui fazer uma retrospectiva breve, que eu acho que precisa ser feita.

Eu estive presente, com a Deputada Telma Rufino, em três reuniões com os cantineiros. E estivemos junto com o Governador, que tomou, naquele momento, a decisão de fazer e mandou o secretário fazer no dia... Eu só não entendo, até hoje, por que não foi feito! Se eu sou governadora e dou uma ordem para um secretário, e ele não faz, eu mando o secretário embora. (Palmas.)

Até porque, Deputado Raimundo Ribeiro, nós estamos falando aqui de economia familiar. Hoje, as cantinas são mantidas e cuidadas praticamente pelas famílias. Nós estamos vivendo a maior crise, com 17 mil empresas sendo fechadas. Está na mão do governo a oportunidade de manter o emprego de mil famílias, o que gera a economia de outras pessoas também, porque eles compram insumos, eles são fornecedores e são consumidores também de produtos. Então, nós estamos falando da economia do Distrito Federal, que está nas mãos do GDF, para tomar uma decisão.

Eu não sei onde está o nosso Líder do Governo, se está aqui o Deputado Delmasso, mas o apelo que faço a S.Exa. é que se cumpra aquilo que foi falado, porque um Governador, um homem público, que não tem palavra não serve nem para governar o Distrito Federal.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
07   02   2017		15h05min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA		17

O que acho que está precisando, Deputado Delmasso... Talvez as pessoas que têm lá o dinheiro para pagar o seu aluguel, a sua luz, a sua água... Está tudo subindo, porque dizem que há crise. Aumenta taxa de água, aumenta taxa de luz, e ele não dá condições para a pessoa trabalhar? Nós estamos pedindo humanidade, cuidado. Sabem por que é tão difícil?

Eu queria que o governo tivesse, para cuidar de pessoas carentes e que precisam trabalhar, a ganância que ele tem para cuidar de empresário de ônibus! Eu queria! Eu gostaria disso! (Palmas.) Para deixar os empresários de ônibus faturarem milhões, ele não toma iniciativa, não, mas para tirar pai e mãe de família que estão sobrevivendo honestamente com a sua renda familiar, ele toma providências.

Então, o pedido que faço a V.Exa., Deputado Delmasso, é sobre o acordo que foi capitaneado pela Deputada Telma Rufino. Inclusive, quero fazer uma ressalva aqui ao apoio da Deputada, que foi fundamental para que tudo isso ocorresse, para que essas reuniões ocorressem. Eu não vou novamente buscar uma palavra do Governador porque ele já disse um sim; se ele tiver que falar um não, Deputado Delmasso, que ele volte a público e fale o não, ou que ele mande o secretário executar aquilo que ele tinha prometido. (Palmas.)

(Assume a Presidência o Deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Delmasso e, em seguida, à Deputada Telma Rufino, para aparte.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, Deputada Celina Leão, quero dizer que, quando eu assumi essa tarefa de estar na Liderança do Governo, todos aqui sabiam que eu me pautava pelo diálogo e por tentar buscar a solução entre as partes. Então, eu queria sugerir, Deputado Raimundo Ribeiro, que a gente reunisse uma comissão com os cantineiros que estão aqui em cima, agora, para recebê-los aqui na nossa sala. Faço questão de ligar para o Secretário de Educação para buscar um entendimento e até mesmo me inteirar do assunto, porque não acompanhei as discussões. E acredito, Deputada Celina Leão, que aquilo que o Governador acordou precisa ser cumprido – concordo plenamente. Então, o que a Liderança do Governo tiver que fazer, nós vamos fazer.

Sendo assim, eu queria sugerir, Deputado Raimundo Ribeiro, que, logo após o discurso de V.Exa., pudéssemos nos reunir com uma comissão de cinco ou seis representantes. Nós viríamos aqui a essa sala, a Deputada Telma Rufino participaria desse processo, e a gente ligaria para o Secretário de Educação, Deputado Wasny de Roure, e buscaria uma solução. Concordo plenamente que nós não podemos deixar pessoas que trabalham honestamente serem colocadas à margem da sociedade. Então, faço o compromisso de fazer isso hoje, logo após o discurso do Deputado Raimundo Ribeiro: ligar para o Secretário de Educação e cobrar uma posição sobre o que pode ser feito para resolver o problema de vocês.

Obrigado, Deputado.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
07   02   2017		15h05min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA		18

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Delmasso.

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino, para aparte.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Deputado Delmasso, nós já estivemos em reunião nessa semana, não é, Sr. Magalhães? Lá, com o Secretário de Educação e uma comissão deles. O que o secretário falou? O Governador, realmente – aí tenho que ser justa – pediu isso. Inclusive, o Deputado Chico Vigilante também foi lá, levou eles, não fui somente eu, estava o Deputado Chico Vigilante, a Deputada Celina Leão, existe uma turma de Parlamentares que está envolvida nisso. Então, a gente não pode deixar de dizer isso, porque o Deputado Chico Vigilante está brigando muito por isso.

E o que foi que aconteceu? O secretário falou – e eu vou falar na minha linguagem, porque não sei falar com palavras bonitas igual a todo mundo fala – que a culpa é do Ministério Público. Nós estamos ferrados, se for somente o Ministério Público que vai mandar na cidade, não é? Foi isso que ele falou, que a culpa é do Ministério Público, que ele não podia fazer nada.

Outra coisa: eles fizeram uma denúncia, não é, Sr. Magalhães? Eu queria que o senhor, na hora que descesse para conversar aqui, confirmasse. Denunciaram que estão sendo expulsos porque existe diretor que está querendo ficar com a cantina. Estou mentindo, Sr. Magalhães? Isso aí é muito mais grave ainda. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Vou passar para o Deputado Delmasso, para um aparte, mas depois eu queria retornar ao Deputado Raimundo Ribeiro para que S.Exa. conclua. Depois a gente passa para o Líder do Governo, para concluir os Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso para um aparte.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Sem revisão do orador.) – Deputada Telma Rufino, V.Exa. construiu essa solução e quero me somar a V.Exa., ao Deputado Chico Vigilante, à Deputada Celina Leão. Quero me somar, Deputado Wellington Luiz, na solução desse problema. Se houver caminho – e eu acredito que possa existir um caminho dentro da legalidade, porque acredito que ninguém aqui quer estar dentro da ilegalidade –, nós vamos fazer essa construção. Então, quero me somar e conversar com essas pessoas para ver o que pode ser feito. Quero fazer esse encaminhamento e também colocar o meu apoio nessa situação.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Com a palavra o Deputado Raimundo Ribeiro.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
07   02   2017		15h05min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA	19	

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Retomando, então, eu quero agradecer todas as manifestações e incorporá-las à nossa.

Algumas informações terminaram já sendo oferecidas por essas falas, como no caso da Deputada Celina Leão, que falou em mil pessoas que trabalham efetivamente nessas cantinas. Mas vejo que já evoluímos. Olha como é importante a presença de um Líder do Governo, e ainda mais um líder atuante, como é o caso do Deputado Delmasso. Nós já vamos fazer uma reunião.

Mas já vou antecipar, Deputado Delmasso, algumas coisas. Solução legal existe, sim! E pode ser legal e rápida! Não dá é para ser burocratizada para que seja inviabilizada. Apesar de eu não ter nenhuma afinidade com este governo que está aí – não gosto mesmo do Governador, isso é público e notório –, acho que o meu dever com a nossa cidade é muito maior do que o nosso apreço pelas pessoas que estão compondo este governo, principalmente o Governador Rodrigo Rollemberg. Então, se for aceito isso, coloco-me também à disposição.

Eu quero também refutar aqui uma informação. Alguém diz: “Ah, a culpa é do Ministério Público”. Não, pessoal, será que ninguém conhece as atribuições do Ministério Público?

DEPUTADA TELMA RUFINO – Deputado Raimundo Ribeiro, V.Exa. se esqueceu de que tudo o que acontece na cidade, a culpa é toda do Ministério Público, só se joga a culpa no Ministério Público?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Alguém culpa o Ministério Público. E, aqui, não é verdade. O Ministério Público não tem culpa. Primeiro, porque ele não foi eleito governador do Distrito Federal, quem foi eleito foi esse rapaz que está aí; segundo, porque o Ministério Público, quando muito, recomenda. Olhem bem, não é preciso ir para a faculdade de Direito para entender qual é o sentido de uma recomendação. Recomendação é subcensura, ou subexame, então, não há por que o sujeito ficar encontrando culpados e apontar quem não pode se defender. A culpa é de quem deveria governar e não governa! É isso que acontece.

Se o Governador quiser, ele consegue resolver isso aqui. E eu lhe digo mais, Deputado Wasny de Roure: em quinze dias ele resolve esse problema. Ele não precisa... Um dia desses nós estivemos com ele, e aí me falaram: “Ah, precisa fazer uma licitação”, não sei o quê. Eu digo: “Ah, mas a decisão judicial lhe outorgou o prazo de 180 dias, 6 meses, para fazer a licitação”. “Ah, esse prazo não é o suficiente.” Uai, para quem não quer fazer, nem a eternidade é suficiente, mas, para quem quer fazer, dá para fazer em dez dias.

Eu quero lembrar aqui que houve um maluco vindo de Minas Gerais, chamado Juscelino Kubitschek de Oliveira, que construiu essa cidade em três anos, doutor. Mas precisa ter coragem de fazer as coisas, precisa ter vontade! Não dá é para ser governador e ficar com medo de responder a processo. Aí, realmente, ele não vai fazer absolutamente nada.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
07   02   2017		15h05min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA	20	

E outra coisa: os fatos se sobrepõem a qualquer versão. Ou alguém aqui vai dizer que esses cantineiros que estão há trinta anos prestando serviço para nossos filhos são invasores de alguma coisa? São não. São pessoas que querem não enriquecer, mas trabalhar, tirar o sustento da sua família.

A Deputada Celina Leão colocou aqui algumas características de cantina. Quero dizer que a cantina – não sei como é que acontece agora, Deputado Agaciel Maia, eu sei que no Rio Grande do Norte até hoje acontece dessa forma –, é o ponto de encontro dos estudantes. É onde buscávamos arrumar uma namorada, mesmo sendo feios. O que precisamos, Deputado Delmasso, se me permite dar uma sugestão, é, tão logo terminado este momento, que possamos nos reunir, que V.Exa. possa convocar o secretário e lhe dizer qual a solução. A solução não é difícil! Sugiro que, acima de tudo, se estabeleça um prazo. Eu não sei se é porque eu sou advogado, mas todo advogado é escravo de prazo, e nós precisamos ter prazo para tudo.

A gente precisa que o governo diga: "Olha, em 15 dias eu resolvo esse problema". Ok! Então, daqui a quinze dias a gente vai lá buscar o papel. É só isso que precisamos, até porque o governo precisa lembrar que está atrasado há mais de um ano – este governo. Os outros também estão atrasados há bastante tempo. Mas este governo está atrasado há mais de um ano. Deputado Delmasso, se V.Exa. achar que posso ajudar de alguma forma, estou à disposição.

A esses cantineiros que aí estão, quero dizer que nós ficamos felizes com a presença de vocês, mas ficamos tristes também porque vocês têm que sair do local de trabalho para poder vir pedir socorro à Câmara Legislativa para exercer a cidadania de vocês.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no final do ano passado, veio para votação um projeto substitutivo do Projeto de Resolução nº 49, de 2012, do Deputado Prof. Israel, e o nosso Projeto de Resolução nº 57, de 2013. Ocorre que a Secretaria da Mesa orientou que esse projeto ouvisse a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Educação, Saúde e Cultura. Eu entendo que a CESC foi ouvida com o substitutivo do Deputado Prof. Reginaldo Veras, não? Enfim, parece que está faltando o parecer de duas comissões para que possamos concluir a apreciação dessa matéria nesta Casa.

Eu peço a V.Exa. que possa deferir para vir à tona a apreciação dos relatórios dessas duas outras comissões: uma é a CEOF e a outra é a CESC. Enfim, peço a V.Exa. esse encaminhamento e consequentemente o seu deferimento.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 07   02   2017	<b>Horário Início</b> 15h05min	<b>Sessão/Reunião</b> 3ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 21

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Wasny de Roure, vendo procedente o pedido de V.Exa., encaminho-o para as devidas providências.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso, pela Liderança do Governo. (Pausa.)

Encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero cumprimentar esses trabalhadores que nos dão a honra dessa visita, nesta tarde, em defesa da continuidade do trabalho deles. Queira Deus que todos os homens que, neste momento, transitam na nossa idade estivessem dispostos a dar continuidade a seus trabalhos. Muitos estão desempregados. Queira Deus que vocês, amanhã, não caiam nessa situação.

Eu quero inclusive deixar aqui consignado a esta comissão que está trabalhando que eu também me coloco à disposição para ir ao Ministério Público, se for o caso, para uma conversa mais aprofundada com o Dr. Leonardo Bessa, a fim de saber se é possível mudar a decisão ali lavrada naquela Casa, Sr. Presidente. (Palmas.)

Eu trago aqui um assunto que me tem chamado muito a atenção. O SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência foi uma política implantada no País em 2003, mais especificamente no dia 29 de setembro de 2003, através da Portaria nº 1.863. O Samu é uma política que se utiliza de ambulâncias para levar o paciente à rede pública no atendimento de quadros de emergência. Prevê um conjunto de profissionais no transporte móvel. Consequentemente, pode oferecer atendimentos emergenciais até o paciente chegar à unidade hospitalar.

Sr. Presidente, a Central de Regulação Médica habilitou o Distrito Federal – parece-me – no dia 2 de setembro de 2004, aproximadamente, Deputado Juarezão, um ano após ter sido criada essa política. Em 2004, esse programa chegou ao Distrito Federal. Contudo, neste momento, o programa está suspenso, o que é grave, Sr. Presidente. Nós tivemos, praticamente, treze anos de um programa exitoso. Ele não é perfeito, mas é um programa extremamente importante para a sociedade brasileira. E nós aqui, no Distrito Federal, nesta Casa, não podemos nos

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   02   2017	15h05min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

silenciar, não podemos nos fazer de mortos diante da grave ausência de um programa financiado, Deputada Telma Rufino, pelo Governo Federal.

Hoje nós temos 38 ambulâncias, das quais 30 são modelos com unidade de suporte básico – USB –, tripuladas por condutor de emergência e 2 técnicos de enfermagem. As 8 restantes são do tipo unidade de suporte avançado, com 1 médico, 1 enfermeiro e 1 condutor de emergência, ou seja, motorista que tem um pouco mais de experiência diante do trânsito.

É importante registrar também o helicóptero aeromédico equipado para prestar serviço pré-hospitalar avançado realizado por uma equipe composta por: piloto, tripulante operacional, médico e enfermeiro. A frota do Samu é composta também por 20 motocicletas, as chamadas motolâncias. Elas são usadas em chamados que precisam de rapidez, em que o acesso seja difícil e que seja necessário driblar o trânsito.

São 962 servidores para atender a esse programa. É uma equipe, como eu li há pouco, multidisciplinar composta por psicólogos, assistentes sociais, técnicos de enfermagem, enfermeiros, médicos, condutores de emergências, técnicos, analistas administrativos e administradores.

Esta portaria que definiu o descredenciamento, ou seja, que enquadró o Distrito Federal na situação do descredenciamento nasceu de um ato do Ministério da Saúde, o Ato nº 995, de 11 de maio de 2016. Houve desatendimento ao previsto no art. 31 da Portaria nº 1.010 do Gabinete do Ministro, enquadrando o Samu do Distrito Federal nas condicionantes de suspensão previstas no art. 34 da referida portaria.

Sr. Presidente, eu estou aqui com a portaria. Eu faço questão de ler para os colegas qual é a razão para o descredenciamento do Distrito Federal, Deputado Agaciel Maia. "O Ministério da Saúde suspenderá o repasse do incentivo de custeio destinado às unidades móveis dos componentes Samu 192 e/ou à respectiva central de regulação das urgências nas seguintes hipóteses." São cinco hipóteses previstas. Eu não vou ler aqui cada uma delas. O Distrito Federal foi descredenciado por não atender a essas cinco hipóteses.

Aí tem o descumprimento dos requisitos de habilitação definidos na subseção IV do capítulo V desta portaria. Depois, tem outro descumprimento. Tem o inciso III, que é o quantitativo de atendimento informado para cada unidade móvel 192 ou para a central de regulação das urgências inferior à meta estabelecida em portaria específica da SAS, conforme Portaria 804 do Ministério da Saúde, de 2011, salvo em caso de justificativa apresentada pelo gestor e aceita pelo Ministério da Saúde. O inciso IV é a ausência de registro de produção no SIA/SUS por três meses consecutivos. Depois, a constatação de irregularidade por órgãos de controle interno ou externo.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		Data	Horário Início		
07   02   2017		15h05min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA		23

Sr. Presidente, no momento em que o Distrito Federal, Deputada Luzia de Paula, é descredenciado, hoje, ele deixa de receber R\$ 817.250,00 por mês. Oitocentos e dezessete mil duzentos e cinquenta reais representam, em doze meses, R\$ 9.807.000,00. Portanto, praticamente 10 milhões de reais. E depois diz que não há recurso para o Distrito Federal colocar o Samu em movimento.

Eu faço um apelo aqui, Deputado Juarezão, V.Exa. que é do partido do Governador e é servidor da saúde. Por isso que o senhor me permite a liberdade de citar a sua pessoa aqui no meu discurso, V.Exa. é um servidor da Secretaria da Saúde. Qualquer um aqui que, numa situação de emergência, precisar de um Samu, até mesmo nós aqui ou qualquer cidadão na Casa hoje, não terá condições de usá-lo. E isso é a precarização do serviço de saúde no Distrito Federal.

Meus caros colegas Deputados Distritais, não podemos permitir que isso ocorra. Deputado Delmasso, eu queria que V.Exa. levasse essa pauta para o governo. Eu, inclusive, devo integrar a Comissão de Educação, Saúde e Cultura. Gostaria de convidar os Deputados para poder discutir isso. Deputado Delmasso, o senhor que é um homem que acompanha finanças, abrir mão de 10 milhões de reais por ano para a Secretaria de Saúde é um prejuízo, e a nossa população não pode abrir mão disso.

Eu faço um apelo aqui, inclusive, aos colegas da associação dos cantineiros e aos colegas que têm influência junto ao governo. À população que mais precisa, naquele momento mais frágil, que não tem plano de saúde, o Samu exerce um poder imprescindível na nossa sociedade. Vamos começar uma campanha pela retomada do Samu no Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado.

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto à tribuna hoje para falar, Deputado Wasny de Roure – já que V.Exa. estava falando da área de saúde –, de uma proposta, que está sendo debatida no Ministério da Saúde, de flexibilização do repasse do Sistema Único de Saúde.

A proposta defendida pelo Ministro Ricardo Barros, do PP, do Paraná, quer mudar o repasse de verbas federais do SUS para os Estados e Municípios. Basicamente, a ideia é permitir que o repasse de verbas, que são fixas, possam ser usadas em outras áreas da saúde.

Apesar de representantes das três esferas do governo apoiarem a decisão e acharem que a medida é necessária, especialistas na área de saúde pública

		<b>CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL</b> <b>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA</b> <b>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO</b> <b>SETOR DE TAQUIGRAFIA</b>		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
07	02	2017	15h05min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

acreditam que possa haver perdas nas áreas que são consideradas menos visíveis, como, por exemplo, a área de vigilância sanitária.

A discussão se deu pelo formato atual da distribuição da verba federal que, somados os valores empregados aos Estados e aos Municípios, respondem ao financiamento do SUS no valor de R\$ 75.000.000.000,00 (setenta e cinco bilhões de reais.)

Só para explicar como é que funciona hoje, Deputada Telma Rufino, o repasse dos recursos do Sistema Único de Saúde para os Estados e Municípios, incluindo o Distrito Federal: a transferência, hoje, é feita em seis blocos de financiamento. O primeiro bloco é o Bloco da Atenção Básica; o segundo bloco é o Bloco da Atenção Farmacêutica, que significa para compra de medicamentos; o terceiro bloco é o Bloco da Assistência Médica e de Alta Complexidade, que são blocos que financiam exames, cirurgias e transplantes; o quarto bloco, Vigilância e Saúde; o quinto bloco, Investimentos; e o sexto bloco, Gestão. Lembrando que a parte de investimento – que é o quinto bloco – é a parte destinada para realização de obras na área da saúde. A proposta apresentada pelo atual Ministro da Saúde é flexibilizar, acabar com esses seis blocos e criar somente, Deputado Wasny de Roure, dois blocos: o Bloco de Custeio e o Bloco de Investimento.

Na minha avaliação – agora como gestor da área orçamentária –, eu acredito ser essa uma decisão acertada. Vou dar um exemplo: o Distrito Federal sempre devolve aos cofres da União – e o ano passado, Deputado Wasny de Roure, V.Exa., salvo engano, trouxe esses números aqui – em torno de R\$ 176.000.000,00 (cento e setenta e seis milhões de reais) do SUS aos cofres da União, oriundos de alguns blocos de financiamento que, infelizmente, não existe demanda para serem atendidos.

Porém, existem outras áreas como, por exemplo, a compra de medicamento, a reforma de hospitais, a construção de novas unidades, em que é necessário o aumento do repasse de recurso que ficam engessados, porque a transferência que é feita proporcionalmente é muito menor do que os outros blocos.

Então, eu entendo que essa medida, Deputado Wellington Luiz, é uma medida acertada, feita pelo Ministério da Saúde e que vai ajudar todos os Estados e Municípios na questão da saúde, na gestão da saúde: que é você dividir o orçamento do SUS, como é feito em qualquer orçamento de qualquer unidade orçamentária, entre custeio e investimento.

Eu quero aqui parabenizar o Ministro Ricardo Barros. Essa proposta, Deputado Wasny de Roure, foi discutida com todos os Secretários Estaduais de Saúde e foi aprovada por unanimidade, todos os Secretários Estaduais de Saúde – aqui eu quero dizer sejam eles do PT, do PMDB ou do PSDB. Porque é uma decisão acertada para salvar a saúde do País, que está um caos.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   02   2017	15h05min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Em qualquer Estado brasileiro nós temos um problema desse. E o que acontece: os Estados ficam engessados, devolvem recursos para a União, e por causa desse engessamento dos blocos de financiamento, os Estados não podem utilizar recursos do SUS, como, por exemplo, Deputado Chico Vigilante, para pagar o passivo.

Muitas dívidas foram herdadas de governos estaduais, de uma transição para outra, e os recursos do SUS não podem pagar a totalidade dessas dívidas por causa do engessamento dos blocos. Quero parabenizar essa medida e deixar claro que essa discussão não começou no atual Ministério. A discussão da flexibilização dos blocos de financiamento começou com o Ministro Humberto Costa, hoje Senador do PT, e provavelmente vai se concretizar com o Ministro Ricardo Barros.

Na minha avaliação, é uma decisão correta. Deputado Wasny de Roure, ela vai ajudar muito a saúde do Distrito Federal, principalmente pagando as dívidas que existem do passado, para que possamos trazer a normalidade. E mais, ela ainda vai aumentar o investimento: são as reformas nos centros de saúde e a construção de novas unidades, e também vai fortalecer as ações da atenção básica.

Era só isso que eu tinha para falar, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Delmasso.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa tese está sendo trabalhada no nosso relatório da CPI. Eu quero lembrar, Deputado Delmasso, que na gestão do governo anterior a Procuradoria deu um parecer favorável, flexibilizando alguns gastos que até então não eram contabilizados dentro do Fundo de Saúde. Isso passou a ser contabilizado a partir de 2013, por aquilo ser considerado relevante para a própria qualidade da saúde.

Então, esse debate já tem produtos anteriores. Eu conheço o Deputado Federal Ricardo Barros, fomos colegas na Comissão Mista de Orçamento. É uma proposta ousada, inteligente, mas é importante resgatar um trabalho pretérito que já foi feito. Precisamos lembrar os autores que ajudaram a pavimentar esse caminho, para chegarmos aonde queremos. Eu cumprimento e acho bastante exitosa essa reformulação no Fundo de Saúde. É um volume significativo. Esse ano, só para se ter ideia, ele ultrapassou a casa dos 700 milhões de reais no Distrito Federal, e não conseguem gastar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure. Bem lembrada a história, como começou.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
07	02	2017	15h05min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				26	

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na tarde de hoje eu quero abordar dois assuntos. Quero falar da situação dos cantineiros, que eu conheço bastante, e da segurança pública no Distrito Federal.

No que tange à situação dos cantineiros, eu acho que a melhor coisa que existe é a gente contar a verdade. A verdade é só uma, não existe outra. Certamente, está no meio de vocês uma amiga – nós nos tornamos amigos –, uma grande companheira chamada Lena, que eu apelidei de mulher da sacola. Um dia eu fui procurado por ela. Eu a apelidei de mulher da sacola porque ela andava com uma sacola de medicamentos, de tão estressada que estava por causa da pressão que estava sofrendo. Isso foi no início do Governo Agnelo. Havia uma decisão judicial mandando tirar os cantineiros, uma ação movida pela Promotoria de Educação do Distrito Federal. Ela me procurou, praticamente já não tinha mais jeito, e aí nós fomos, naturalmente autorizados pelo Governador Agnelo Queiroz, à Procuradoria do Distrito Federal – não é a do Ministério Público, é a do Distrito Federal – pedir que o Procurador do Distrito Federal, Deputada Telma Rufino, entrasse com um pedido no Ministério Público de flexibilização do cumprimento da decisão judicial. E ele entrou, porque as cantinas estavam todas fechadas. Ninguém ia mais trabalhar. Ele entrou com a flexibilização, nós conseguimos, e o pessoal continuou trabalhando.

Enquanto isso, nós convencemos o Executivo a mandar uma lei regularizando a questão das cantinas para quem já estava trabalhando. Semelhante à lei que foi feita para as cantinas, foi feita uma para as feiras, foi feita para as bancas de revistas e para o pessoal da Ceasa. O Ministério Público questionou todas para derrubar na Justiça. Eu não sei, Deputada Telma Rufino e Deputado Wellington Luiz, por que todas foram mantidas. A única que caiu foi a dos cantineiros. Todas as outras foram mantidas como constitucionais. A única que foi derrubada foi a dos cantineiros.

Eu tenho muito contato com o Samuel e, na época, nós o colocamos à disposição para entrar com a ação, porque nós agiríamos em duas frentes. Enquanto a gente fazia o trabalho político, fazia também o trabalho jurídico. Ficou legalizado, só que agora, quando a lei caiu, a PROEDUC – Promotoria de Justiça de Defesa da Educação do Ministério Público do Distrito Federal voltou a exigir o cumprimento. Ninguém aqui tem dúvida de que eu sou Oposição ao Rollemberg, mas por dever de falar a verdade a vocês, eu posso dizer que nesse caso a culpa não é dele.

Há uma situação grave. O Secretário de Educação do Distrito Federal, Deputada Luzia de Paula, agora passa a ser multado – é o CPF dele, não é o da Secretaria – em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) diários por estar mantendo as cantinas. Diretores de escola querem o espaço, e esse é outro componente dessa confusão. O Secretário, Deputado Agaciel Maia, não pode mandar uma orientação por escrito dizendo para não fechar as cantinas, senão ele vai para a cadeia. Vejam o tamanho do imbróglio!

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA		
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO		SETOR DE TAQUIGRAFIA		
<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>	
07   02   2017	15h05min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA	27	

Portanto, eu só vejo uma saída, e talvez seja a única. Seria o Governo do Distrito Federal – aí o Executivo entra, Deputado Wasny de Roure – se dispor a ir conosco, com uma comissão de cantineiros, ao Ministério Público pedir um prazo para cumprir a determinação judicial, ampliando o prazo de cumprimento. Enquanto correr esse prazo, deve ter a capacidade de fazer a licitação para colocar vocês.

Quanto à licitação, tem que ficar claro que não significa dizer que todos vão ficar, porque é uma licitação pública. Não é a passagem automática de vocês. Eu estou falando a verdade a vocês, estou dizendo do jeito que a coisa é. Se tivesse ido a uma reunião de vocês, se tivesse sido convidado, teria dito o mesmo que estou dizendo aqui. A verdade tem que ser dita.

Eu me disponho, Deputada Telma Rufino, a conversarmos com o governo no sentido de o Governador ir conosco ao Ministério Público pedir um prazo para o cumprimento da decisão, que é transitada em julgado. Aí assina. Se tiver que ir ao Judiciário, irá também. É o mesmo processo que nós fizemos daquela vez para que fosse feita a licitação. Aí, dentro da licitação, ver como se faz a licitação pública, para que, minimamente, vocês estejam assegurados.

Portanto, é essa a minha disposição em ajudar e colaborar mais uma vez com vocês, porque eu conheço profundamente a situação de vocês. Vocês já perderam metade das vendas quando foi aprovada, por esta Câmara Legislativa, aquela lei dos alimentos nas escolas, aprovado pela Câmara Legislativa. Hoje, eu digo, Deputado Wellington Luiz, que os cantineiros que estão aqui, homens e mulheres de cabelos brancos, ainda estão nessa atividade porque, infelizmente, não têm outra coisa para fazer, para ganhar o pão. Se fecharem as cantinas, esses homens e mulheres que estão aqui serão acometidos dessa maldita depressão e certamente morrerão de desgosto – e também de fome, porque ficaram aí trabalhando de trinta a quarenta anos.

Não conheço um cantineiro rico. Alguém me aponte um cantineiro rico! Não conheço. Mas sei que é dessa atividade que eles retiram o sustento deles e de seus filhos – e também dos netos. Eu que agora sou avô, sei que todos que são avós sabem que a responsabilidade dos netos cai nas costas da gente também. Eu conheço!

Portanto, Deputada Telma Rufino, esse é o caminho. Eu me disponho a ajudar. A Câmara Legislativa não pode fazer outra lei, porque a que foi feita já caiu. E tem de agir também. Eu disse ao Samuel e falei também com o Magalhães. Inclusive, eu levei o Magalhães para conversar com o Secretário de Educação. Depois fomos eu, o Willemann e o Secretário para encontrarmos uma saída jurídica, e não encontramos. A única saída é essa.

Portanto, o caminho é a Procuradoria do Distrito Federal, orientada pelo Governador, Dra. Paola, e conosco, de preferência, o Secretário da Casa Civil, representando o Governador, para conversarmos com o Ministério Público. Se for o

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>		
		<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>			<b>Sessão/Reunião</b>
07	02	2017	15h05min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA		28

caso, Deputado Wellington Luiz, V.Exa. que está na Presidência também, se for preciso, iremos até o Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal para mostrarmos a ele que essa decisão judicial está retirando o pão de muita gente. Brasília já tem quase 400 mil desempregados e não pode aumentar essa gama de desempregados. A realidade é esta.

Portanto, dentro desse propósito, eu me disponho a ajudar. Não estamos aqui buscando apoio político nem eleitoral, até porque, estamos fora de período eleitoral. Queremos encontrar um caminho para resolver o problema de vocês.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Parabéns, Deputado Chico Vigilante pelas palavras.

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde, querido Presidente. Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa, servidores desta Casa. Quero saudar aqui a galeria na pessoa do meu grande amigo Luiz Magalhães, que está aqui hoje junto a essa categoria. E não somente hoje, mas também durante grande parte da sua vida, o nosso querido Luiz Magalhães esteve à frente desse segmento nessa luta incansável.

Nós esperávamos que, neste momento, ele não precisasse mais estar aqui nessa grande luta, porque é um assunto que deveria, assim como os meus antecessores colocaram, estar sanado. Quero dizer do meu comprometimento com vocês. Contem comigo! (Palmas.)

Estou aqui nesta tarde para falar de um assunto que tem nos assombrado: a crise hídrica. Todos nós estamos passando por um momento que não esperávamos tão cedo na história do Distrito Federal, mas infelizmente ele chegou. E ele chegou, não só por falta de ações do Estado, mas também por falta de compreensão da sociedade, de educadores e, principalmente, daqueles que não perceberam, na história da humanidade, que o grande bem, que é a água, é finito. Não tiveram para com esse bem o zelo que se precisaria ter.

Quando eu digo educadores, é porque nós esquecemos – e falo isso porque sou professora – de colocar para os nossos alunos, para os nossos filhos, para os nossos netos que a água tem uma importância muito grande e que cada um de nós tem que ter por ela uma responsabilidade infinita. No decorrer da história, não tivemos essa capacidade.

O desenvolvimento foi chegando e, infelizmente, no Distrito Federal, nós tivemos uma grande destruição das nascentes e impermeabilização do solo. Com isso, foi faltando para nós esse maior bem.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   02   2017	15h05min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Quero aqui dizer que eu não me distanciei desse assunto. A primeira lei que consegui aprovar nesta Casa, a Lei nº 4.059, de 2008, tratou do piso ecológico, do piso intertravado.

Hoje, eu tenho muita alegria quando ando pelo Distrito Federal e vejo os condomínios todos calçados com piso intertravado, ajudando, assim, a fazer com que o solo não seja selado e a água possa estar ali. Com esse piso, a água das chuvas pode penetrar no solo, fazendo com que a nossa água de superfície possa continuar viva.

Infelizmente, chegamos ao ponto de estarmos passando por racionamento. Não esperávamos, mas aconteceu. É necessário que toda a sociedade, que o nosso estado, além da construção das barragens, também se volte para a conscientização desse bem finito que temos. Nós já ouvimos muito sobre isso. Muita gente fala do assunto, mas percebemos que há na humanidade, que há no Estado uma grande falta de compromisso com esse bem que temos e que é valioso.

Já dizia Jacques Chirac: "O dia em que o clima escapará do controle está próximo. Estamos chegando ao irreversível. Nessa urgência, não há tempo para medidas mornas. É hora de uma revolução em nossas consciências, em nossa economia e em nossa ação política".

Eu queria aqui também fazer um registro, Sr. Presidente. Deputado Juarezão, a sua comunidade perde um grande percursor, o Padre José, um padre que trabalhou ao longo de sua história e parte de sua vida na construção do grande santuário, o segundo maior santuário do Brasil, o Santuário do Menino Jesus, lá em Brazlândia.

A Vila São José recebeu o nome em homenagem ao Padre José. Brasília, o Distrito Federal, principalmente Brazlândia, perde esse grande colaborador, um homem que, com sua humildade e sua bondade, deixou uma marca enorme naquela cidade. Quero aqui me dirigir ao Deputado Juarezão, que o conheceu de perto, para que leve a Brazlândia, para que leve ao povo daquela comunidade, os nossos sentimentos e o nosso sofrimento por perder essa grande figura.

E, por falar de padre, quero aqui também falar do que aconteceu com o Padre Angelotto lá em Ceilândia. A grande apresentadora Xuxa disse, nas suas redes sociais, que o nosso Padre Angelotto agredia as crianças, maltratava as crianças. Conheço o trabalho do Padre Angelotto. O que ele fazia e faz sempre em suas celebrações é uma brincadeira inocente com as crianças. Ela mostrou o Padre Angelotto nas redes sociais como se fosse um grande carrasco das crianças. Eu queria aqui apresentar a esta grande apresentadora o meu repúdio e dizer que Ceilândia tem por Padre Angelotto, assim como aqueles que o conhecem, um grande respeito. Ele é um grande defensor das nossas crianças.

Muito obrigada e uma boa tarde a todos. (Palmas.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 07   02   2017	<b>Horário Início</b> 15h05min	<b>Sessão/Reunião</b> 3ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 30

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputada.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não havendo acordo para votar os projetos de Deputados, se V.Exa. entender possível e houver *quorum* suficiente, poderíamos votar os requerimentos e as moções que já estão acumulados há algum tempo.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Eu só queria falar rapidamente. Também me coloco à disposição dos cantineiros que estão aqui. Estarei ao lado dos demais Deputados para tentar resolver esse problema com o nosso Governador e o secretário. Quero me colocar à disposição para chegarmos a um entendimento o mais rápido possível.

Sob meu ponto de vista, poderíamos votar os requerimentos e as moções, até porque há um requerimento sobre o aniversário da cidade do Riacho Fundo I que eu gostaria de votar, para darmos andamento.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Encerrados os Comunicados de Parlamentares.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 07   02   2017	<b>Horário Início</b> 15h05min	<b>Sessão/Reunião</b> 3ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 31

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a inclusão do Requerimento nº 2.350, de 2017, que “requer a realização de sessão solene no dia 13 de março de 2017, às 19h, na Administração Regional do Riacho Fundo I, em homenagem ao 27º aniversário da cidade”.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a solicitação. Está incluído o requerimento.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu só quero trazer aqui uma informação que eu acho que é importante trazer na tarde de hoje. Havia uma ação impetrada pelo ex-governador Agnelo Queiroz contra mim que foi julgada pelo Conselho Especial hoje. Eu ganhei essa ação por unanimidade. O mais importante do que aconteceu no Tribunal de Justiça é que eu não ganhei pela prescrição, apesar de ele entrado fora do prazo; eu ganhei no mérito. Eu dei uma entrevista ao *Correio Braziliense* e falei que aquele estádio foi um antro de corrupção e que ele seria o chefe de uma quadrilha. Isso está, inclusive, na delação da Odebrecht.

Eu ganhei hoje, Sr. Presidente, por unanimidade no TJ, no Conselho Especial, nessa ação que ele entrou contra mim. O TJ disse que eu estava no pleno exercício do meu mandato, na minha função fiscalizadora como Deputada distrital. Eu acho que essa é a maior função que um Deputado pode ter. Eu acho que o governador tem que, primeiro, saber que o Deputado... A única coisa para que serve a imunidade parlamentar é para que possamos fazer a nossa fiscalização e falar aquilo que achamos. Mas, nesse caso especificamente, há um delator que falou que entregava uma propina de 5% ao ex-governador. Não estamos falando aqui uma coisa da nossa cabeça.

Eu quero deixar isso aqui bem claro para a nossa população do Distrito Federal, até porque foi divulgado, dias atrás, que haveria um julgamento meu, que o Agnelo Queiroz teria entrado contra mim. Ele entrou e perdeu, sinal que o que eu estava falando aqui naquele momento era verdade.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
07   02   2017		15h05min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA		32

Obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu agradeço, Deputada Celina Leão.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas pedir a inclusão de uma moção que acabou de ser lida pelo Deputado Julio Cesar, a Moção nº 583, de 2017, na Ordem do Dia, nesse bloco de votação de requerimentos e moções.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar o registro do bloco União por Brasília, porque hoje, por exemplo, ainda não chamaram a liderança para falar. Então, eu gostaria que se fizesse essa mudança até amanhã, para que eu tenho direito a falar.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a solicitação de V.Exa.

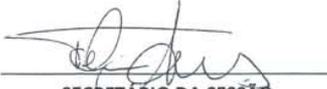
Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

 <b>CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL</b> PRESIDÊNCIA SECRETARIA LEGISLATIVA 7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017			
<b>VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM</b>		<b>DATA: 07/02/2017</b>	
<b>LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS</b>			

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	PRESENTE	AUSENTE
1	AGACIEL MAIA	PR		1
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1
3	CELINA LEÃO	PPS	1	
4	CHICO LEITE	REDE	1	
5	CHICO VIGILANTE	PT		1
6	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1	
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1	
8	JUAREZÃO	PSB		1
9	JULIO CESAR	PRB	1	
10	LILIANE RORIZ	PTB		1
11	LIRA	PHS		1
12	LUZIA DE PAULA	PSB	1	
13	PROF. ISRAEL	PV	1	
14	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1	
15	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1	
16	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1	
17	RICARDO VALE	PT	1	
18	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB		1
19	RODRIGO DELMASSO	PODEMOS	1	
20	SANDRA FARAJ	SD	1	
21	TELMA RUFINO	PROS	1	
22	WASNY DE ROURE	PT	1	
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1	
24	JOE VALLE	PDT	1	
<b>RESULTADO</b>			<b>17</b>	<b>7</b>

QUÓRUM	
17	PRESENTES
7	AUSENTES
24	SOMATÓRIO

  
**SECRETÁRIO DA SESSÃO**  
 DEPUTADA TELMA RUFINO

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 07   02   2017	<b>Horário Início</b> 15h05min	<b>Sessão/Reunião</b> 3ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 33

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Estão presentes 14 Deputados, havendo, portanto, quorum regimental.

Dá-se início à

#### ORDEM DO DIA.

Consulto os Líderes se há acordo para superar o sobrestamento dos itens de nº 1 a 159 da Ordem do Dia, relativos aos vetos, e para votar as demais proposições da pauta e itens extrapauta. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, solicito...

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria pedir que fosse apreciado o item nº 212 da pauta e que apreciássemos os projetos dos Deputados que estão presentes, exceto os dos Deputados que estão na reunião aqui ao lado com os cantineiros. O combinado é esse, não é? Acho que é importante para mantermos o *quorum*.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito. Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Na realidade, o Deputado Wellington Luiz, quando estava presidindo a sessão, fez uma solicitação para que votássemos os requerimentos e as moções, levando em consideração um acordo maior para não termos esse problema.

Eu quero consultar todos para saber se continuamos nesse formato, votando requerimentos e moções. Há acordo? (Pausa.)

Consulto os Líderes se há acordo para votarmos os requerimentos e moções. (Pausa.)

Nesse sentido, eu gostaria de consultar os Líderes para saber se há acordo em votarmos os requerimentos e moções em bloco e pelo processo nominal. Há acordo? (Pausa.)

Havendo acordo, passaremos à apreciação em bloco dos itens acordados.

(Assume a Presidência o Deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Passamos à apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 222:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 573, de 2016, de autoria do Deputado Claudio Abrantes, que "manifesta votos de pesar pelo falecimento de

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 07   02   2017	<b>Horário Início</b> 15h05min	<b>Sessão/Reunião</b> 3ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 34

Dom Paulo Evaristo Arns, Arcebispo Emérito da Arquidiocese de São Paulo, ocorrido no último dia 14 de dezembro”.

Item nº 223:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 574, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta louvor aos alunos da Equipe de Basquetebol em Cadeira de Rodas do Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina por terem conquistado a medalha de prata no Torneio Qualificatório de Buenos Aires, Copa das Américas em janeiro de 2017”.

Item nº 224:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 575, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta moção de apoio à nomeação de mais de 59 candidatos ao cargo de perito médico-legista da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF)”.

Item nº 225:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 576, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta moção de louvor à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH pelo informativo sobre crianças desaparecidas”.

Item nº 226:

Discussão e votação, em turno único, da moção nº 577, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta moção de louvor ao Templo da Boa Vontade, que está sendo palco da exposição: ‘Uma Vida Dedicada à Arte’”.

Item nº 227:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 578, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta moção de louvor à Academia Brasileira de Letras pela publicação de manuscritos de Machado de Assis on-line”.

Item nº 228:

Discussão e votação, em turno único, da moção nº 579, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta moção de louvor à 21ª edição do Festival de Música Percussiva – PercPan”.

Item nº 229:

Discussão e votação, em turno único, da moção nº 580, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta moção de pesar e solidariedade à família de Dom Evaristo Arns, pelo seu falecimento”.

Item nº 230:

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
07   02   2017		15h05min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA		35

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 581, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta moção de louvor ao Senhor Ciro Heleno Silvano, fundador da Sociedade Espírita de Amparo ao Menor ‘Casa do Caminho’, pelos relevantes serviços prestados às crianças do Distrito Federal”.

Item nº 231:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 582, de 2017, de autoria do Deputado Claudio Abrantes, que “manifesta reconhecimento e louvor ao Cabo Rayana Nunes Pereira Gonçalves, matrícula 215.436-6, pelo comprometimento, profissionalismo e dedicação demonstrados em ato de bravura, que culminou com o salvamento da vida de um cidadão brasileiro”.

Item nº 232:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.190, de 2016, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “requer à Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle – CFGTC a realização de audiência para debater sobre a securitização da dívida ativa do Distrito Federal”.

Item nº 233:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.258, de 2016, de autoria do Deputado Lira, que “requer a realização de audiência pública no dia 27 de março de 2017, no plenário desta Casa, para debater a Questão de Gênero e o Empoderamento da Mulher Negra”.

Item nº 234:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.259, de 2016, de autoria do Deputado Lira, que “requer a realização de audiência pública no dia 23 de fevereiro de 2017, no auditório desta Casa, para debater o tema ‘Violência Institucional’”.

Item nº 235:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.260, de 2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “requer a realização de audiência pública para discutir a situação do alcoolismo entre jovens e adolescentes no Distrito Federal, no dia 09 de outubro de 2017, às 19h, no plenário desta Casa”.

Item nº 236:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.262, de 2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “requer a realização de audiência pública no dia 08 de maio de 2017, às 19h, Dia Internacional de Lutas contra a Endometriose, para discutir com especialistas suas formas de diagnóstico e tratamentos no âmbito do Distrito Federal”.

Item nº 237:

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   02   2017	15h05min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.270, de 2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que "requer a realização de audiência pública para debater a saúde pública de Planaltina – Distrito Federal, no dia 29 de março de 2017, às 19h, em local a ser definido".

Item nº 238:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.276, de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "requer a realização de audiência pública, em 06 de junho de 2017, para discutir a atual situação do esporte no Distrito Federal".

Item nº 239:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.300, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "requer a realização de audiência pública para debater sobre a Lei nº 2.355, de 1999, que define a poligonal do Parque Ecológico e Vivencial Retirinho, no dia 24 de abril de 2017, às 15h, no Ginásio de Funções Múltiplas de Planaltina".

Item nº 240:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.301, de 2017, de autoria do Deputado Lira, que "requer a realização de audiência pública no dia 20 de fevereiro de 2017, no plenário desta Casa, para debater a PEC 287/2016".

Item nº 241:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.312, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "requer a realização de audiência pública no dia 20 de fevereiro de 2017, no plenário desta Casa, para debater a PEC 287/2016".

Item nº 242:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.313, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "requer a realização de audiência pública para debater assuntos referentes à alfabetização de adultos".

Item nº 243:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.314, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "requer a realização de audiência pública para debater assuntos referentes ao concurso público realizado em 2014 para provimento de vagas para os cargos de Médico, Cirurgião-Dentista, Especialista em Saúde e Enfermeiro das Carreiras: Médica, Cirurgião-Dentista, Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal e Enfermeiro".

Item nº 244:

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   02   2017	15h05min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.315, de 2017, de autoria do Deputado Joe Valle, que "requer a realização de audiência pública no dia 9 de junho de 2017, para debater a situação das creches no âmbito do Distrito Federal".

Item nº 245:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.318, de 2017, de autoria do Deputado Joe Valle, que "requer a realização de audiência pública no dia 20 de abril de 2017, para debater sobre o tema Educação Infantil".

Item nº 246:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.319, de 2017, de autoria do Deputado Joe Valle, que "requer a realização de audiência pública no dia 4 de abril de 2017, às 10 horas, para debater sobre a Discriminação Racial".

Item nº 247:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.320, de 2017, de autoria do Deputado Joe Valle, que "requer a realização de audiência pública no dia 24 de março de 2017, para debater sobre o tema Água".

Item nº 248:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.321, de 2017, de autoria do Deputado Joe Valle, que "requer a realização de audiência pública no dia 16 de março de 2017 para debater sobre a conscientização de mudanças climáticas".

Item nº 249:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.322, de 2017, de autoria do Deputado Joe Valle, que "requer a realização de audiência pública no dia 08 de fevereiro de 2017, às 10h, para debater sobre a violência contra a mulher".

Item nº 250:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.323, de 2017, de autoria do Deputado Joe Valle, que "requer a realização de audiência pública para debater sobre o tema Portadores de Necessidades Especiais, no plenário desta Casa, às 10h, do dia 18 de setembro de 2017".

Item nº 251:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.325, de 2017, de autoria do Deputado Joe Valle, que "requer a realização de audiência pública no dia 08 de novembro de 2017, para debater sobre o tema Mobilidade Sustentável".

Item nº 252:

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
07	02	2017	15h05min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				38	

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.326, de 2017, de autoria do Deputado Joe Valle, que "requer a realização de audiência pública no dia 28 de novembro de 2017 para debater sobre a Reforma Agrária".

Item nº 253:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.327, de 2017, de autoria do Deputado Joe Valle, que "requer a realização de audiência pública no dia 10 de outubro de 2017, para debater sobre o tema Direitos dos Animais".

Item nº 254:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.328, de 2017, de autoria do Deputado Joe Valle, que "requer a realização de audiência pública no dia 22 de agosto de 2017, para debater sobre as políticas públicas para as mulheres".

Item nº 255:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.338, de 2017, de autoria do Deputado Joe Valle, que "requer a realização de audiência pública no dia 3 de março de 2017, às 10h, no plenário desta casa, para debater sobre as diretrizes para investigar, processar e julgar crimes de mortes violentas contra as mulheres".

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.356, de 2017, de autoria do Deputado Joe Valle, que "requer a realização de audiência pública para debater sobre a situação dos catadores e catadoras de materiais recicláveis com o início da desativação do "Lixão" da Estrutural e início das atividades do aterro sanitário de Samambaia e a situação da regularização dos terrenos das cooperativas de catadores".

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 583, de 2017, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que "manifesta votos de louvor a regozijo a cada uma e um dos policiais civis aposentados do Distrito Federal, relacionados em anexo, pelos relevantes serviços prestados a toda a população do Distrito Federal".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.350, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "requer a realização de Sessão Solene no dia 13 de março de 2017, às 19h, na Administração Regional do Riacho Fundo I, em homenagem ao 27º Aniversário do Riacho Fundo I".

Em discussão os requerimentos e as moções. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
07	02	2017	15h05min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				39	

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando os requerimentos e as moções; os que votarem "não" estarão rejeitando-os.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)


**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRESIDÊNCIA**  
**SECRETARIA LEGISLATIVA**  
 7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017
 

DATA: 07/02/2017

MOÇÕES Nº 573/2016; 574/2017; 575/2017; 576/2017; 577/2017; 578/2017; 579/2017; 580/2017; 581/2017; 582/2017; 583/2017

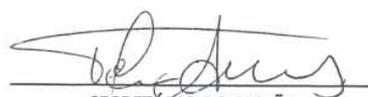
REQUER Nº 2.190/2016; 2.258/2016; 2.259/2016; 2.260/2016; 2.262/2016; 2.270/2016; 2.276/2016; 2.300/2017; 2.301/2017; 2.312/2017; 2.313/2017; 2.314/2017; 2.315/2017; 2.318/2017; 2.319/2017; 2.320/2017; 2.321/2017; 2.322/2017; 2.323/2017; 2.325/2017; 2.326/2017; 2.327/2017; 2.328/2017; 2.338/2017; 2.356/2017; 2.350/2017

AUTORIA: VÁRIOS DEPUTADOS

TURNO ÚNICO

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CELINA LEÃO	PPS	1					
4	CHICO LEITE	REDE	1					
5	CHICO VIGILANTE	PT	1					
6	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1					
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
8	JUAREZÃO	PSB	1					
9	JULIO CESAR	PRB	1					
10	LILIANE RORIZ	PTB				1		
11	LIRA	PHS				1		
12	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
13	PROF. ISRAEL	PV	1					
14	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
15	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
16	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
17	RICARDO VALE	PT	1					
18	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
19	RODRIGO DELMASSO	PODEMOS	1					
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	PROS	1					
22	WASNÝ DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	JOE VALLE	PDT	1					
<b>RESULTADO</b>			<b>21</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>24</b>

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADOS	
21	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
3	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
21	QUÓRUM VOTANTE



SECRETÁRIA DA SESSÃO  
DEPUTADA TELMA RUFINO

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 07   02   2017	<b>Horário Início</b> 15h05min	<b>Sessão/Reunião</b> 3ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 40

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 21 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Estão aprovados os requerimentos e as moções.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só para passar um comunicado especialmente para os cantineiros, homens e mulheres que estão presentes. Nós acabamos de fazer uma reunião ali na sala de reuniões. Estávamos eu, a Deputada Telma Rufino, o Deputado Delmasso, que é o Líder do Governo, o Deputado Juarezão, o Deputado Julio Cesar e o Deputado Agaciel Maia. Nós fizemos um encaminhamento.

O Deputado Delmasso já está marcando uma reunião com o Chefe da Casa Civil do Governo do Distrito Federal, juntamente com a Dra. Paola Aires, Procuradora Geral de Justiça do Distrito Federal. Todos os Deputados que queiram comparecer estão convidados, convocados. Inclusive, Deputado Joe Valle, acho importante a presença de V.Exa. como Presidente da Câmara Legislativa. Nós fizemos aquela proposta que falamos a vocês. Vamos dar encaminhamento lá.

Enquanto isso, o Deputado Delmasso já conversou com a Dra. Bruna Pinheiro, da Agefis, que é quem está encarregada de executar a ordem de despejo de vocês para esperar essa reunião que vamos ter. De lá, vamos ao Ministério Público e, se possível, até o judiciário.

Não está resolvido ainda, mas estamos encaminhando as coisas. Esse é o resultado da reunião que nós acabamos de fazer, Deputada Telma Rufino. V.Exa. teve que secretariar, e nós ficamos encaminhando. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, peço para incluir na Ordem do Dia o Requerimento nº 2.348, de 2017.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Acato o pedido de V.Exa., Deputada Telma Rufino.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.348, de 2017, de autoria da Deputada Telma Rufino, do Deputado Joe Valle e do Deputado Chico Leite, que "requer a transformação de Sessão Plenária do dia 23 de fevereiro de

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
07   02   2017		15h05min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA		41

2017 em Comissão Geral para debater sobre a atual situação hídrica do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o requerimento; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

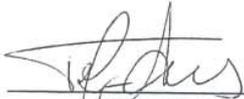
	<b>CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL</b> <b>PRESIDÊNCIA</b> <b>SECRETARIA LEGISLATIVA</b> <b>7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017</b>	
---	--	---

DATA: 07/02/2017

MOÇÕES Nº		
REQUER Nº	2.348/2017	
AUTORIA:	DEPUTADOS TELMA RUFINO, JOE VALLE E CHICO LEITE	TURNO ÚNICO

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE				1		
5	CHICO VIGILANTE	PT	1					
6	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1					
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
8	JUAREZÃO	PSB	1					
9	JULIO CESAR	PRB				1		
10	LILIANE RORIZ	PTB				1		
11	LIRA	PHS				1		
12	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
13	PROF. ISRAEL	PV	1					
14	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
15	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
16	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
17	RICARDO VALE	PT	1					
18	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
19	RODRIGO DELMASSO	PODEMOS	1					
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	PROS	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	JOE VALLE	PDT	1					
<b>RESULTADO</b>			<b>18</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>24</b>

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADOS	
18	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
6	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
18	QUÓRUM VOTANTE

  
 SECRETÁRIA DA SESSÃO  
 DEPUTADA TELMA RUFINO

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   02   2017	15h05min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Está aprovado.

Muito obrigado. Que Deus abençoe a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h30min.)



**DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA**  
Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal



**Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica**

**Coordenador:** Randal Martins Junqueira

**Diagramação e Arte Final:** Seção de Editoração

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP: 70 094-902 – Brasília – DF – [www.cl.df.gov.br](http://www.cl.df.gov.br)